



Anais da Assembléia

Nº 049

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE MAIO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUILIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB — 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP — 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL — 05:** Elio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT — 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB — 09:** José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB — 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT — 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL — 01:** Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE — 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Calfo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania.
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DO SIMPÓSIO DA CAFEICULTURA
PROJETO OURO VERDE
REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 1993
(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Dirceu Manfrinato.

Às quatorze horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rush, Emília Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço, Rossoni, presentes ainda inúmeras autoridades e demais pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a Proteção de Deus, declaro aberta a SESSÃO SOLENE.

SIMPÓSIO DA CAFEICULTURA

PRESIDENTE - Orlando Pessuti

1º SECRETÁRIO - Anibal Khury

2º SECRETÁRIO - Dirceu Manfrinato

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus declaro aberto o Simpósio da Cafeicultura. Tenho a honra de anunciar a composição da Mesa.

Excelentíssimo Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Álvaro Fernandes Dias, ex-Governador do Estado do Paraná.

Excelentíssimo Senhor Paulo Cruz Pimentel, ex-Governador do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Daniel Gonçalves Filho, Delegado Federal da Agricultura, representando S. Exa. o Sr. Lázaro Barbosa, Ministro da Agricultura, Abastecimento e da Reforma Agrária;

Excelentíssimo Senhor Coronel Clóvis Orlando Ricco, representando S. Exa. o Senhor General de Divisão Remy de Almeida Escalante, Comandante da 5ª Região Militar.

Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Paraná, autor do Projeto Ouro Verde.

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional Brasileiro que será executado pela Banda de Músicos da Polícia Militar do Estado do Paraná.

(É executado o Hino Nacional Brasileiro).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Como Presidente desta Casa e como Coordenador do Fórum Parlamentar Agropecuário, confesso ser uma grande honra poder receber em nosso Estado as mais dignas autoridades, técnicas e políticos que aqui compareceram imbuídos dos firmes propósitos de estudar, analisar e debater a atual crise da cafeicultura brasileira.

Em nome, portanto, da Assembléia Legislativa e em especial do Bloco Parlamentar Agropecuário, por nós coordenado, da Comissão de Agricultura, presidida pelo digno Deputado Severino Felix Pessoa, agradecemos, já no início a presença de todos vocês para tão importante evento que se realiza nesta Casa.

E neste instante, é com a mais elevada satisfação que concedo a palavra ao Exmo. Sr. Roberto Requião, digníssimo Governador do Estado do Paraná.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Na abertura desse encontro quero cumprimentar o Deputado Manfrinato pela iniciativa e colocar algumas colocações preliminares à discussão.

O Governo do Estado, através da Secretaria de Agricultura, tem se empenhado em traçar novos rumos para a cafeicultura do Paraná, depois do fim do acordo internacional do café, todo o quadro de comercialização no mundo se altera. Não mais devemos nos suportar na produtividade, não tem mais importância a quantidade de café que possamos colher, mas o café passa a ser pesado em dólar. A importância da qualidade da adequação da bebida da sua dureza e acidez ao mercado internacional são os fatores determinantes da nova cafeicultura competitiva, suficientemente competitiva para concorrer com o café de países como a Colômbia, com safras que duram o ano inteiro, colheita manual e excepcionalmente bem feita.

Hoje nos defrontamos com um estoque monumental nas mãos do governo, cerca de 16 milhões de toneladas, das quais talvez tenhamos onze milhões em armazéns situados no Estado do Paraná, nas mãos dos compradores e importadores quantidades bastante superiores a estas 16 milhões de toneladas, colocam o agricultor numa posição extremamente difícil, porque a liberação desses estoques, mantém sem sombra de dúvidas, e esta é a prática que divisamos a cada momento do mercado sempre em baixa.

Provavelmente, discorreremos no nosso Seminário sobre o destino a dar ao café estocado no Brasil e eu gostaria de lembrar aos produtores que estas medidas deverão ser extraordinariamente estudadas.

A liberação por exemplo do café no mercado interno, inviabilizaria o preço das novas colhietas. Talvez o caminho pudesse ser a utilização desses estoques, na troca através do mercado internacional por insumos, como por exemplo micro-tratores da China, o Japão começa a aumentar a sua capacidade de consumo de negócios que aparentemente poderiam ser desfavoráveis, se tomarmos em consideração o preço internacional do café, de fato estariam induzindo a um consumo maior em países super populosos que ampliam o consumo de café neste momento, notadamente os países asiáticos, a China e o Japão.

Sem sombra de dúvidas estamos diante de um problema sério e de uma quantidade incrível de café que se deteriora em armazéns públicos.

Mas a reflexão deve passar pelo cuidado extremo que o impacto da baixa do preço poderia causar no mercado e o que nós poderíamos pensar em determinado momento ser uma fonte de recursos para estimular a cafeicultura, ao contrário, poderia trazer graves e definitivos prejuízos com uma queda de preços extraordinariamente rápida e duradoura em função dos estoques que poderiam ser lançados no mercado em função fundamentalmente da proporção desses estoques.

A iniciativa do Manfrinato é extremamente interessante; o Paraná deve se colocar diante desta questão, levar sugestões claras ao Governo Federal, uma vez que esses estoques, como sabemos, não são estoques estaduais. E eu tenho certeza que com o produto desta reflexão, de pessoas ligadas ao mercado e a produção do café, sairá alguma proposta concreta, inteligente e factível. E com esta proposta formulada nós poderemos jogar o peso dos produtores brasileiros, da Assembléia Legislativa e do Governo do Paraná na sua implementação.

Sejam bem-vindos ao Paraná e o maior sucesso no Seminário e nas discussões que se seguirão. Muito obrigado.
(APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessutti) - Esta Assembléia Legislativa, conforme é de conhecimento dos Senhores Deputados, e isto ficou muito claro por ocasião das discussões que envolveram a eleição desta nova Comissão Executiva, não se omitiria da discussão de assuntos que fossem de relevância para o Estado do Paraná.

Foi por esta razão que quando o Deputado Dirceu Manfrinato procurou esta Presidência, na condição de Presidente e também como membro do Bloco Agropecuário, de pronto ajustamos com o mesmo a realização deste importante evento, porque sabemos que a cafeicultura do Paraná, a cafeicultura brasileira, têm, sem sombra de dúvida, o seu ponto maior de importância em favor da economia nacional e dos assuntos que interessam a toda a sociedade brasileira.

Deputado Manfrinato, neste momento V. Exa. usa da palavra em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Inicialmente nós gostaríamos de agradecer a presença de todos, a presença do Governador Roberto Requião de Mello e Silva, a presença do nosso Secretário da Agricultura, Dr. Osmar Fernandes Dias; demais Secretários de Estados que honram com as suas presenças aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Agradecer o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Orlando Pessutti, Deputado Anibal Khury, 1º Secretário da Assembléia Legislativa, Deputado Basílio Zanusso, 3º Secretário, Deputado César Augusto Silvestri, 4º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Primeiro Vice-Presidente, Deputado Hermas Brandão, Segundo Vice-Presidente, Deputado Geraldo Cartário, agradecer a presença do ex-Governador do Paraná, Álvaro Dias, Presidente Nacional do Partido Progressista, senhores Deputados, funcionários do Gabinete, da Casa, da Secretaria da Agricultura, da Emater, que direta ou indiretamente participaram e colaboraram na elaboração deste evento, e do Projeto. À imprensa do Paraná, nós agradecemos a cobertura que obtivemos, em especial na pessoa do Dr. Francisco Cunha Pereira, do Canal 12. e do Dr. Paulo Pimentel, do Canal 4, pela forma como fomos recebidos e pelo apoio ao Projeto. O nosso Projeto em nosso objetivo se transforma.
(Lê)

I – OBJETIVO

O Projeto Ouro Verde tem por finalidade a retomada do crescimento econômico do Estado do Paraná e, acima de tudo, tem como prioridade a questão do desemprego e o afastamento do homem do campo.

E, perante a realidade que estamos vivendo, a nível de política econômica, entendemos que há uma necessidade imediata de se buscar novas alternativas e concluimos, após uma série de estudos, análise e reflexão, que uma saída viável para o atual impasse seria a retomada do crescimento da produção de café em nosso Estado, eliminando, desta forma, os favelados dos grandes centros de nosso país.

Acreditamos que uma forma de iniciar-se este Projeto Ouro Verde seria através da venda do café estocado nos armazéns do extinto IBC - Instituto Brasileiro do Café -, uma vez que, segundo levantamento da Rede Armazenadora subordinada à Divisão Técnico/Operacional do Departamento de Abastecimento e Preços do Paraná, existem, oficial-

mente, 10.767.340 sacas de café estocadas, somente no Estado do Paraná, distribuídos conforme o quadro demonstrativo em anexo.

A reposição do estoque regulador seria efetuada através das novas safras que, com novos plantios e desenvolvimento do setor, possibilitaria um aumento e renovação desse estoque.

II – RECURSOS FINANCEIROS E PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

Acreditamos que uma das maneiras de se efetuar o levantamento de recursos para que o Projeto tenha o êxito desejado, seria a comercialização desse produto estocado e os valores repassados ao Banco do Brasil que, juntamente com as verbas do FUNCAFÉ poderia-se viabilizar a retomada do crescimento da cafeicultura no Estado do Paraná e em outros Estados produtores.

Dessa forma, o Banco do Brasil passaria a ser o órgão financiador das propriedades interessadas na produção de café, através de financiamentos de, no mínimo, 12 anos, com juros de 12 a 15% ao ano, no máximo, com 4 anos de carência e, após a primeira safra colhida, seria feito o pagamento da parcela do Banco do Brasil, em café, correspondente à cotação do mercado no dia da negociação.

A fiscalização das lavouras ficaria a critério do órgão financiador e os recursos financiados seriam liberados em parcelas, à medida que o produtor estivesse cumprindo, rigorosamente, as cláusulas de seu contrato junto ao Banco do Brasil.

A participação do Governo Federal estaria também no fornecimento de apoio técnico através da EMATER.

III – PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

A participação do Governo do Estado seria de suma importância neste Projeto e se configuraria através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, com apoio técnico, fiscalização, fornecimento de recursos financeiros para os viveiros de mudas e recuperação das estradas pelo Paraná Rural.

O item fiscalização seria observado com bastante rigidez, principalmente com relação aos viveiros de mudas, verificando-se a qualidade do produto utilizado, certificando-se sobre a existência de doenças que possam comprometer a própria lavoura ou lavouras vizinhas.

A Secretaria da Agricultura procuraria, através de seus técnicos, fazer reuniões periodicamente, nas regiões onde houver interesse no plantio, em locais como escolas rurais, salões comunitários ou outros de melhor acesso à comunidade local, trazendo orientações aos agricultores, enfim, utilizando toda estrutura que a Secretaria dispuser em apoio ao Projeto.

Outra forma de participação do Governo do Estado seria através da Secretaria da Política Habitacional, de maneira que as propriedades que forem cadastradas para o plantio de café, dependendo de sua extensão e, proporcionalmente, ao número de famílias em atividade no local, teriam as casas construídas através de programas do Governo do Estado, o que geraria novos empregos e fixaria a moradia na área rural.

IV – PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO

Os Municípios, através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Patronais, com a colaboração das cooperativas, ficariam responsáveis pelo cadastramento do proprietário rural que desejar participar do Projeto, levantando não somente o nome do interessado, mas também as características da propriedade, observando-se sua topografia e solo, verificando se a mesma possui as condições necessárias para se enquadrar nas exigências do Projeto e também a quantidade de hectares que estariam disponíveis, bem como o cadastramento das famílias interessadas no plantio como porcenteiros ou empreiteiros.

Os Municípios que possuem Secretarias Municipais de Agricultura, participariam também fornecendo apoio técnico ao Projeto.

As Prefeituras Municipais ficariam responsáveis pelo viveiro, fazendo a doação das mudas de café, com apoio da Secretaria de Estado da Agricultura, que forneceria as sementes e recursos financeiros para a manutenção desses viveiros.

V – PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS

Entendemos que seria de extrema importância a participação das cooperativas neste Projeto, que poderiam desempenhar uma função quase idêntica à das Prefeituras, fazendo cadastros, fornecendo mudas e informações técnicas ao agricultor que desejar fazer sua participação via cooperativas.

VI – PARTICIPAÇÃO DOS SINDICATOS

Ao longo da história mais recente de nosso país, no período de transição política e até atualmente, podemos observar que não foi apenas a falta de incentivos a responsável pela queda na produção e desinteresse pela cultura do café. Acreditamos que, numa proporção considerável, o comportamento de alguns sindicatos de trabalhadores rurais provocou um grande prejuízo ao setor cafeeiro. Muitos presidentes de sindicatos, que deveriam apoiar o empregado, mas também respeitar os direitos dos patrões, não tiveram essa atitude, jogando os empreiteiros e porcenteiros contra seus empregadores, até mesmo influenciados por alguns advogados sindicalistas e, em decorrência desses fatores, muitos empregadores, ao vencer o contrato, não mais deram empregos e/ou parcerias no café, ocasionando um grande número de desempregados no setor.

Mas hoje, reconhecemos, esses fatos pertencem à história passada e a nova mentalidade sindical é a de que há necessidade de um bom e grande entrosamento entre patrão e empregado o que, acreditamos, viabiliza este Projeto, uma vez que deverá haver muitos proprietários com interesse no plantio de café.

Por essas razões, faz-se necessário viabilizar uma legislação trabalhista em acordo com os sindicatos de trabalhadores rurais e sindicatos patronais, de maneira a não trazer prejuízos à nenhuma das partes, bem como o aval desses sindicatos nos contratos a serem firmados com o Banco do Brasil, através do Projeto.

Entendemos que deverá haver nessa legislação o respeito para com ambas as partes e com isso deverá proceder-se um entendimento que facilitará a viabilização, por parte do Banco do Brasil, dos recursos conforme o programa se expõe, cujos contratos deverão ser registrados dentro de padrões estabelecidos.

VII – SISTEMA DE COLHEITA

O Projeto Ouro Verde não poderia deixar de preocupar-se com um item de vital importância para a cultura do café, que é o sistema de colheita.

Através do Projeto deverão ser avaliados os métodos usuais de colheitas no Brasil, bem como chegar-se a novas alternativas que possibilitam um produto de melhor qualidade e maior competitividade no mercado nacional e internacional.

Acreditamos que a forma utilizada até o momento não demonstrou a eficácia desejada, uma vez que podemos observar a mistura de grãos verdes, maduros e em processo de amadurecimento, tendo como produto final um café de qualidade inferior ao que se poderia obter através de outros sistemas, como por exemplo, uma colheita seletiva, onde colhe-se apenas o fruto maduro, deixando o verde amadurecer a seu tempo, o que resultaria em maior qualidade e conseqüentemente, maior competitividade.

A função do Projeto seria o fornecimento de orientações técnicas com referência ao sistema de colheita, inclusive apresentando alternativas ao sistema convencional e, certamente, ocorrerá um avanço do produto no Brasil e, especialmente, no Paraná.

VIII – CONSERVAÇÃO DE SOLO

Sem dúvida, o plantio de café iria contribuir para a conservação do solo, uma vez que essa cultura não deixa de ser um mini-reflorestamento, já que o terreno passará a absorver a água de forma diferenciada de outras culturas ou da terra nua, onde ocorre o escoamento da água, e ainda passará a manter os insumos naturais, tendo como conseqüência um solo mais conservado, mais adubado e com melhores condições gerais, o que também viria de encontro à projeto da Secretaria de Estado da Agricultura, através do Paraná Rural.

Senhoras e Senhores, muito obrigado. Encerro deixando uma mensagem que, tenho certeza, essa mensagem ficará nos Anais desta Assembléia Legislativa para a posteridade. Não sou poeta, sou apenas um defensor da cafeicultura e este é o tema em que me inspiro.

“Sei que um dia vou morrer. Serei enterrado mas não germinarei, meu espírito é eterno. Mas as sementes plantadas pelas mãos suadas e calejadas de quem tem fé em Deus e amor à terra germinarão trazendo riquezas, alimento à mesa erradicando a fome e a miséria.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Concluindo a parte solene de abertura deste Evento, nós faremos um instante de intervalo, desfazendo a Mesa de abertura, permitindo àqueles que, porventura, queiram ainda permanecer neste recinto e à Mesa, e liberando as autoridades, como o caso do Governador do Paraná, que tem que se retirar para cumprir outros compromissos.

Por alguns instantes está suspensa a Sessão.

Está reaberta a Sessão solene com referência ao Simpósio da Cafeicultura.

Cumprindo a parte solene, desta feita iniciaremos os trabalhos deste Simpósio.

Tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senhor Osmar Fernandes Dias, Digníssimo Secretário da Agricultura e do Abastecimento do Paraná.

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente Orlando Pessuti, Sr. Deputado Anibal Khury, 1º Secretário da Assembléia, Sr. Deputado Dirceu Manfrinato autor do Projeto Ouro Verde, demais componentes da mesa, meus amigos cafeicultores, representantes do Conselho Nacional do Café, técnicos, agricultores.

Quero enaltecer a iniciativa do Deputado Manfrinato de colocar essa proposta para discutirmos aqui neste Simpósio, cumprimentá-lo e colocar a Secretaria de Agricultura e as nossas empresas vinculadas o IAPAR, EMATER a sua disposição para o aperfeiçoamento da sua proposta. E acho que nós precisamos colocar aqui algumas observações para que possamos, neste dia, discuti-la e, quem sabe sair daqui com uma proposta, que não sei será esta porque tenho uma opinião um pouco diferente do nobre Deputado.

Vou fazer uma análise rápida e vou justificar essa minha afirmação.

É certo que o estoque nas mãos do Governo Federal está hoje em torno de 16 milhões de sacas. Destes 16 milhões de sacas, 10,5 estão aqui nos nossos armazéns no Paraná. Também é certo que a produção mundial deste ano deve cair em 6%, deve ficar em torno de 95 milhões de sacas. E esta queda se deve especialmente à queda da produção nacional, da produção brasileira que deve ficar em torno de 5 milhões de sacas a menos, embora as previsões do Departamento Americano coloque a nossa safra em torno de 25, 26 milhões, ela não ultrapassará 21 milhões de sacas e aí nós teremos o primeiro problema, as previsões de safra brasileira não são feitas por órgãos oficiais. Com o rompimento do acordo e com a extinção do IBC não se designou e não se delegou a nenhum órgão oficial a pesquisa de safras, as previsões de safras e quem comercializa, quem exporta e quem importa é quem faz as previsões de safras manipulando os números e influenciando de forma negativa quando interessa a eles no mercado e positiva, igualmente.

Me lembro que há dois anos atrás fomos a São Paulo num movimento para desmentirmos a estimativa de safra do Departamento de Agricultura Americano que para aquele ano era de 32 milhões de sacas e nós, com os estados unidos, o Conselho Nacional do Café, chegávamos a uma estimativa de cerca de 22 milhões de sacas que não se concretizou, aliás, não passando das 21 milhões de sacas nesse momento.

Pois bem, se não concordo com esta proposta, ou seja esta parte do programa apresentado pelo Deputado Dirceu Manfrinato, embora achando louvável a sua atitude e iniciativa somados especialmente ao estoque da safra 88, 89, mais de nove milhões de sacas que foram guardadas em função dos problemas surgidos após o rompimento do acordo e que tivemos que arcar com todo esse estoque em nossos armazéns.

O problema da qualidade, o problema da produtividade precisa ser atacado, porque não adianta resolvermos um problema de forma emergencial também se continuarmos todos os anos com o problema se repetindo. E no Paraná lançamos um programa em 92 com base tecnológica criada pelo IAPAR, que foi buscar em produtores de café, em cafeicultores que já desenvolvem a prática, aqui mesmo no Estado do Paraná, em Ribeirão Claro. E até aproveitamos aqui a oportunidade para no dia 21 deste mês meu caro Deputado Manfrinato e todos os outros Deputados nos acompanharem na abertura da colheita de uma lavoura de café densado, que é na verdade a tecnologia mais avançada e que viabiliza a cafeicultura e transforma a lavoura de café viável economicamente porque lança a produtividade a números muito superiores a média paranaense e nacional. Nesta lavoura, o ano passado, ao invés dos 07 sacos por hectares que se colhe no Paraná, o cafeicultor estava colhendo 170 sacas por hectare, o que é excepcional; mas possível é alcançarmos as lavouras com café densado, plantados nessa tecnologia que usa mais covas por área, cerca de dez mil covas plantadas num hectare, contra três a quatro mil do sistema convencional, café evidentemente de porte mais baixo e que é cultivado como se fosse um pomar de frutas, porque são apenas áreas plantadas e não mais o sistema convencional, que no Paraná plantava centenas de hectares. Agora não! O que recomendamos é que a cafeicultura seja revigorada no Estado do Paraná e não se fale em ampliação de área também, porque não podemos colocar o produtor vendendo a ele uma ilusão, colocá-lo numa fria; temos evidentemente que dar ao produtor uma alternativa para que a cafeicultura seja uma atividade rentável em sua propriedade. Mas ele deve pensar em pequenas áreas, dez, quinze hectares para que ele possa cuidar dessa lavoura como se fosse um pomar de frutas, e desta forma arrancar da sua lavoura alta produtividade. O café adensado a sua atitude e iniciativa e concordando com os demais pontos, colocando inclusive a Secretaria da Agricultura a disposição, porque em 92 lançamos um programa, e quero começar aqui falar de propostas agora que temos para o destino desse café e para o destino da cafeicultura do nosso Estado, que nos tempos áureos plantou um milhão e seiscentos mil hectares e que hoje não tem uma área superior a duzentos e cinquenta mil hectares, empregando ainda trezentos e dez mil trabalhadores, o que, portanto, a torna uma cultura de extrema importância social e de extrema importância econômica, porque é responsável ainda por 13% da arrecadação de impostos do setor agropecuário em nosso Estado. Importância econômica e social não se discute, mas se discute isto sim a queda da área, a queda da produtividade, que em nosso Estado não passa de uma média de sete, oito sacos por hectare, o que viabiliza e torna o custo elevado, e da sua qualidade, que também precisa ser melhorado. Se formos verificar os estoques, setecentos e vinte e oito mil sacas apenas são de café de biga-dura, três mil e setecentos sacas de café de biga-mole, o que torna o estoque de café, que hoje está em torno de dezesseis milhões de sacas, um estoque de café de baixa qualidade, um estoque de café que colocaria hoje no mercado internacional com tranquilidade apenas setecentos e trinta e uma mil sacas, deixando o restante para o consumo dos nossos consumidores nacionais, ou a tentativa de se colocar esse café no mercado internacional também, mas a preços com certeza não remuneraria o custo sequer da armazenagem desse café, porque temos café ainda da safra 77, 78 em nossos armazéns. Estoques remanescentes portanto desde 1977, 78, que somados alta produtividade. O café adensado, com adubação orgânica. O café adensado com a calagem do solo, permitindo um Ph ótimo para a cultura do café. O café adensado com tratamentos culturais que evitem o ataque intensivo da doença, com variedade que está sobre a mesa uma muda desta variedade lançada pelo IAPAR ainda neste mês, uma variedade resistente a todos os tipos de ferrugem, que é uma doença que causa queda na produtividade, que causa prejuízos, porque o produtor tem um custo de produção a mais para poder utilizar mais veneno.

Enfim, um pacto que será apresentado aqui de tecnologia, pelo nosso técnico do IAPAR, o Florindo Dalberto, que tem muita experiência na cafeicultura e que inclusive nos representou no IBC antigo, nos representou no Instituto Agromônico de Campinas, enfim, esteve este técnico, que fará uma palestra técnica e apresentando este programa que lança-

mos no ano passado e dará mais detalhes sobre o mesmo.

Hoje, nos preocupamos em implantar mil unidades demonstrativas, com um hectare cada, atingindo 180 municípios no Estado do Paraná. Já implantamos 250 unidades demonstrativas de um hectare, com este sistema de plantio adensado e de alta produtividade e de manejo rigoroso para permitir esta alta produtividade. Estas 250 unidades demonstrativas foram subsidiadas pela Secretaria de Agricultura. Vamos instalar mais 750 unidades demonstrativas. Estamos instalando viveiros e no ano passado instalamos viveiros que produziram dez milhões de mudas e estamos colocando um programa que financia em equivalente milho. Ou seja, estamos financiando através do "Panela Cheia" não apenas as unidades demonstrativas, mas financiando através deste programa todos os produtores que quiserem ingressar nesta atividade, mas, fazendo uma exigência não financiamos o plantio do café no sistema convencional. Só financiamos o plantio de café no sistema adensado com este modelo tecnológico que será exposto aqui pelo IAPAR. Fora disto, não financiamos porque é colocar o produtor numa aventura que o colocará também no mesmo mar de preocupações que se encontram hoje todos os produtores, e são mais de 40 mil em nosso Estado que hoje não conseguem vender a preços justos o seu produto.

Este financiamento é evidente que tem um limite do tamanho do produtor, que são cinco módulos rurais. Mas cinco módulos rurais é a propriedade de cerca de 95% dos nossos produtores rurais do Paraná e, portanto, estamos atendendo com a equivalência em milho o financiamento de áreas novas com revigoramento da cafeicultura no Estado do Paraná.

Sobre a qualidade, estamos financiando também através do "Panela Cheia", estruturas para beneficiamento, equipamentos, para que o café possa ser separado na hora do benefício, possa ser secado de forma mais uniforme e apresentar uma bebida de melhor qualidade, meu caro Leo de Almeida Neves, que também entende de café, porque já nos representou neste setor. E aí estaremos com o café sendo produzido, sendo separado, na hora da secagem, separado na hora do beneficiamento, proporcionando uma qualidade de café para concorrer com os nossos maiores concorrentes, a Colômbia, a Costa Rica e outros países que não têm segredos, nem fazem milagres para produzir um café com melhor qualidade. Mas o café adensado vai permitir a colheita no pano, a secagem dos grãos separados por categoria, o beneficiamento dos grãos separados também por categoria e teremos um café sim de qualidade, igual aquele que os colombianos conseguem.

É preciso investir, portanto, no setor para retirar dele renda e empregos, porque não há nenhum setor que possa gerar mais renda e mais emprego do que a cafeicultura e isto poderíamos ficar o dia inteiro relembando o passado e os números do passado para convencer aqueles que ainda estão incrédulos. E se não acreditam que a cafeicultura possa ser novamente uma atividade econômica e social no Paraná de extraordinária importância, reforço aqui o convite para visitar esta lavoura em Ribeirão Claro. Café, no sistema convencional. Dificilmente o produtor vai se viabilizar com os preços do mercado internacional e com as perspectivas que temos. Mas com o café adensado com este plano que será apresentado pelo Florindo, eu não tenho nenhuma dúvida que a cafeicultura retornará aos seus bons tempos, empregando muita mão de obra no campo, na cidade, gerando renda e revigorando as regiões que antes se baseavam na cafeicultura como a região do arenito de onde vem o Deputado Manfrinato e outras regiões que tiveram na cafeicultura a sua alavanca de desenvolvimento e que a perderam, e que tentam agora buscar alternativas, e que devem ser buscadas. A fruticultura é uma alternativa que deve ser buscada incessantemente, estamos buscando isso, está aí o Presidente da Cocamar que no ano que vem vai inaugurar a primeira etapa da indústria de sucos de laranja, uma iniciativa corajosa, ousada do cooperativismo do Estado que, atendendo o apelo nosso e dos agricultores; se lançou nesse Projeto criando novas alternativas na região Noroeste, alternativa dos pequenos animais com renda agregada na pequena propriedade, alternativa, enfim, do gado do leite, da ovinocultura, e de todas as alternativas que se criam a diversificação da produção, mas a cafeicultura deve se colocar entre as principais e fazer parte da nossa preocupação. Sobre o estoque, o estoque de dezesseis milhões, se não acho que nesse momento seja oportuno colocá-lo à disposição do mercado porque resultaria numa queda de preço, nós devemos junto com os representantes do Governo Federal, os representantes da cafeicultura nacional, buscar uma alternativa, e quero colocar uma aqui para reflexão dos nossos companheiros: Nós sabemos que existem os Países importadores e que, portanto, qualquer negócio feito com os grandes importadores também resultaria em reflexos negativos nos preços do mercado internacional, mas há aqueles que não se colocam entre os compradores tradicionais, há um mercado potencial gigante que é o mercado da China, do Oriente. O Japão, começa a aumentar o consumo do café, e se na China o hábito mais comum é o consumo do chá, eles também começam a consumir café. Um trabalho feito em conjunto do Governo Federal com os cafeicultores, com o Conselho Nacional que está aqui representado, com os Governos Estaduais dos estados produtores de café, nós poderíamos estabelecer um início de um negócio que poderia resultar no escoamento de parte desse estoque que está aí e na solução para os problemas futuros das futuras safras, a troca, como disse rapidamente o Governador, do café, mesmo que de baixa qualidade, por equipamentos e insumos desses Países do Leste Europeu e do Oriente, a China, a Rússia é um país que começa a consumir o café, e é um País que tem equipamentos e fertilizantes, a Ucrânia tem fertilizantes que nos interessa, e nós poderíamos estabelecer junto com as cooperativas que são os representantes legítimos dos produtores, do Governo Federal, a negociação para a concretização de um negócio que poderia ser, sim, a solução para os estoques que são altos e que precisam ser escoados para livrar, para dar oxigênio ao mercado, para fazer com que o preço reaja aqui e lá fora. Esta é uma sugestão que faço para análise do Conselho Nacional do Ministério da Indústria que está aqui representado pelo Dr. Jimenis, cafeicultor de Minas Gerais, de Três Pontas e pelas cooperativas do Estado do Paraná. De nossa parte nós queremos colocar o apoio logístico do Governo, queremos colocar inclusive o nosso financiamento em equivalência produto para um casamento com esta operação dos equipamentos, dos fertilizantes, e dos insumos que interessarem nesse negócio. Acredito que assim estou dando uma contribuição para esse Simpósio, e espero que nas discussões nós possamos encontrar uma solução para esse problema que é realmente grave da cafeicultura brasileira.

Muito Obrigado! Eu continuo à disposição dos Senhores.

O SENHOR PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa que tem recebido dezenas de telegramas, ofícios manifestando apoio ao Simpósio da Cafeicultura, dentre eles destacamos:

Luiz Antonio Fleury Filho, Governador de São Paulo;

Iris Resende Machado, ex-Ministro da Agricultura e Governador de Goiás;

Vilson Klainubing, Governador do Estado de Santa Catarina;

Albino Cunha de Azeredo, Governador do Estado do Espírito Santo.

Informa ainda esta Presidência que, ao final das palestras aqui proferidas, será aberto um espaço para que todos possam debater, eliminando suas dúvidas e oferecendo sugestões para que o Projeto Ouro Verde possa, realmente, ao término desta reunião ganhar força, ganhar corpo e ser um instrumento viável a reestruturação, a replantação, ao revigoramento, enfim, da cafeicultura em nosso Estado.

Neste momento com muita satisfação tenho a honra de conceder a palavra ao Exmo. Sr. Aldair Heberle, Digníssimo Secretário de Estado Turismo, Indústria e Comércio do Estado do Mato Grosso do Sul.

O SENHOR ALDAIR HEBERLE - Exmo. Sr. Orlando Pessuti, Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná; Exmo Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, autor do Projeto Ouro Verde; demais integrantes da Mesa, Senhoras e Senhores.

Quando o Governador Pedro Pedrossian assumiu o Governo do Estado, 15 de março de 1991, nós fizemos um programa de trabalho, um projeto de Governo onde a ênfase maior foi dada à nossa agricultura e à nossa pecuária.

Tendo em conta que em 75 as geadas que dizimaram os cafezais do Paraná, praticamente acabaram com os cafezais do Mato Grosso do Sul e as terras plantadas com café passaram a propriedade dos bancos credores, a maior parte dessas, foram vendidas para pecuaristas de São Paulo, de Minas e Goiás e para agricultores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul que passaram a introduzir no Mato Grosso do Sul a produção do milho, do soja, do trigo, do algodão, de feijão, mandioca e outros produtos.

O Governador do Estado, nunca se entusiasmou de outro lado, pelo incentivo ao plantio do café tendo em conta o problema climático havido e tendo em conta também a vocação um pouco diferente do Estado já grandemente voltada, naquela época, para a pecuária e em 75 extensiva, bem diferente da pecuária que hoje existe no Mato Grosso do Sul.

De outro lado, também imaginamos que café para países grandemente habitados como a China, Índia, Paquistão e outros é um artigo de luxo. Café para esses povos que tem bilhões de habitantes equivale à nossa gente, ao nosso povo tomar whisk escocês.

Então, nós derivamos o programa de agricultura para produtos consumidos, para aqueles produtos que essencialmente encham barriga. Consequentemente, meus caros amigos do Paraná, o Mato Grosso do Sul não será competidor do produtor de café do Paraná. Não temos esta pretensão, nem essa competência e derivamos todos os nossos recursos para outros tipos de cultura.

Os programas criados para produção de milho, de soja, de trigo, de algodão, de arroz, de feijão, de mandioca e de cana. Para o aumento dessa produção foram criados dois programas básicos, são chamados Fronteiras do Futuro, através dos quais o Estado concede 80% de desconto no ICMS por seis anos de prazo, por seis colheitas seguidas para as novas áreas plantadas com qualquer um desses produtos ou também na recuperação de pastagens, principalmente gastas já pelo tempo e pela erosão.

Então, nós estamos beneficiando o agricultor de lá ou agricultores vindos de outros Estados que queiram se incorporar ao projeto de plantio de grãos. E para premiar também aquele agricultor que investe mais na sua produção, através de novas tecnologias de recuperação de solos, nós damos 100% de isenção de ICM, por seis safras contínuas no aumento da produtividade.

O Estado tem um mapa de cada microrregião e sabe a média dos últimos três anos de cada microrregião, de cada produto e sobre este aumento de produtividade nós isentamos o produtor por 6 anos e procuramos também elaborar um programa novilho precoce, através do qual o governo também concede 50% de desconto no ICM sobre a produção de novilho precoce que possa ser abatido até dois anos de idade. Programa que tem tido muito sucesso e através do qual nós temos aumentado bastante e racionalizado imensamente a nossa produção de grãos.

Através do programa industrial temos procurado incentivar a vinda de indústrias e abatedouros de frango, fábrica de rações, frigoríficos para abater nossos suínos e temos tido bastante êxito nesse sentido.

Nós também raciocinamos que países como a China, quero pegar o gancho do Secretário da Agricultura e do Governador Requião, que deram um exemplo que no meu entender, como homem de mercado internacional por cerca de trinta anos, mas mais na área de soja e nunca de café. Eu entendo que o que falta para o café brasileiro nos mercados mundiais se chama marketing. Todas as viagens que eu fiz através do mundo se vê propaganda nos próprios aviões, restaurantes, bares, revistas, café de Colômbia, café de Costa Rica, café do México, a não ser numa fase muito curta, no auge do Pelé é que nós vimos alguma propaganda brasileira em qualquer país do mundo do nosso café. Nós só temos a fama de maior produtor mundial, mas marketing para o consumo do nosso café nunca foi feito. Embora talvez o dinheiro da propaganda tivesse sido gasto.

Então por exemplo nós estamos derivando para produtos que encham barriga, primeiro que o povo brasileiro tem fome e vamos tratar de produzir aquilo que enche barriga dos brasileiros. Vamos tratar de incentivar a produção de produtos que também podem aumentar o teor protéico de países como a China.

Eu quero citar um exemplo muito prático, ainda aproveitando o gancho do Governador Requião.

A China é um país com um bilhão e duzentos milhões de habitantes, o que todos sabem, mas onde eu quero chegar, é que se cada chinês comer um frango a mais por mês do que come hoje são um bilhão e duzentos milhões de frangos mensais. Se tomarmos por base que um frango pesa 2 quilos e se cada chinês comer um frango a mais por mês, nós tere-

mos um consumo, se não falha a minha matemática, de dois milhões quatrocentas mil toneladas de frango por mês.

Ora, se hoje o Brasil deverá exportar em 93 aproximadamente 400 mil toneladas de frango, nós temos aí um mercado pela frente gigantesco dos nossos frangos que também dão uma mão de obra muito grande, que dão uma mão de obra para o minifúndio, pequeno, médio e grande industrial desta área e é em cima deste mercado que o nosso governo pretende atuar. Procurando, na área de frangos incentivar as indústrias e apoiá-las para que agridam mercados bárbaros de um consumo fantástico e num país que teve um crescimento da sua economia de 14% em 92 e que deverá continuar crescendo muito.

Como leigo em café, eu deixo uma sugestão para ser estudada pelos técnicos no assunto, para que ainda aproveitando o que falou o nosso Governador Requião, para que se estude um projeto de ensinar o chinês a tomar café e que se aproveite esses estoques de mais de dez anos que estão aí não se sabe em que tipo de qualidade que se entregue esse café para a iniciativa privada séria e competente para que ela faça 21 milhões de sacas, ou seja, um "erro" do departamento americano de 50%. Evidentemente que os preços do mercado internacional decresceram de forma vertical, em função desta previsão que interessou muito aos Estados Unidos, país comprador.

Pois bem, este problema das previsões continuam, porque para este ano a previsão do departamento americano de 26 milhões também tem contribuído para que o preço do nosso café se situe em torno de 50 dólares a saca, muito abaixo dos preços conseguidos em 87,88,89 quando, no pico, chegou a 300 dólares a saca, mas jamais foi inferior a 100 dólares a saca.

Hoje, 50 dólares não cobrem o custo total de produção que no Paraná chega a 75 dólares a saca. Os produtores mal conseguem pagar o custo variável que empata com este preço, 50 dólares a saca, no café de boa qualidade, mas no café de qualidade inferior o produtor não conseguindo, evidentemente, o preço de 50 dólares a saca, não consegue sequer cobrir o custo de produção.

Na verdade o problema todo se situa no preço que não reage, mas se nós temos estes estoques eu acredito que a liberação deles, neste momento não resolveria o problema de preço, ao contrário, resultaria numa derrubada irrecuperável, nos preços no mercado interno. Muito mais porque o grande problema que pressiona os preços, no mercado internacional, não é o estoque que está nas mãos do governo brasileiro, mas estoques que estão nas mãos dos grandes importadores, o estoque mundial hoje de 20 milhões de sacas de café, cerca de 10.500 nas mãos dos Estados Unidos significam o grande instrumento de pressão negativa sobre os preços do mercado internacional. Este sim é o maior problema. Se nós nos desfizemos do nosso estoque, que é grande, 16 milhões de sacas, não adiantará, porque jogaremos, repito, o preço no mercado interno a preços que não remunerarão sequer o custo variável de produção, nem no café de boa qualidade, e pior, não faremos a reação dos preços do mercado internacional porque os países importadores continuarão com seus estoques altos, construídos a partir da derrubada do acordo internacional, e manipulando os preços do mercado internacional.

Brasil e Colômbia juntos são responsáveis por 42% da produção mundial de café, a Colômbia com problemas técnicos e com problemas inclusive da broca nos seus estoques e ataque da broca nas suas lavouras, se encontra hoje com a mesma preocupação.

O Governo colombiano está subsidiando o café a nível de 26 dólares a saca, permitindo que o produtor comercialize a 78 dólares a saca. Com isso o produtor de café colombiano não se encontra hoje na crise em que se encontra o produtor de café do Paraná e dos Estados produtores brasileiros, mas, na verdade as perspectivas que se colocam diante do produtor de café da Colômbia, não são diferentes, daqueles colocadas diante do produtor de café brasileiro. Não há perspectivas, a curto prazo, de recuperação de preços de mercado, e só seria eficaz, e só seria justo, só seria possível, só seria bom, liberar os estoques oficiais, neste momento, se os preços atingissem os preços de liberação de estoques oficiais, que, segundo cálculos do setor cafeicultor e do setor oficial mesmo, do Conselho Nacional, inclusive, e do próprio departamento, cujo Diretor está aqui, o Sr. Jimenez, estaria em torno de 90 a 94 dólares, a saca. Abaixo disso liberar estoques é pressionar ainda mais o mercado! Se nós atingíssemos esse preço poderíamos defender a tese de liberação de estoque, séria e competente para que ela faça com esse produto um marketing em países que têm um grande potencial de consumo de café. Vocês imaginem se cada chinês agora ganha um saquinho de café solúvel de presente, toma aquilo em casa com sua família, se a metade dos chineses, um terço, um quarto daqueles chineses gostarem do café brasileiro que tem que ser mandado lá como solúvel, que lá não existe máquina de moer café, nós poderemos abrir um marketing com esses excedentes que estão pesando sobre o mercado, fantástico. Basta ensinar chineses, indianos, paquistaneses e outros a tomarem café.

Ainda aqui, como eu disse antes, o café para eles é como uísque para o nosso povo, mas se 10% da população da China tomar café nós já daremos um escoamento bárbaro para a nossa safra.

Eu gostaria também de dizer ainda que os excedentes que existem são o freio para o aumento do preço em qualquer produto, em qualquer país do mundo. Enquanto o Governo Americano comprava os excedentes de trigo, por exemplo, o trigo nunca subia de preço. E o Governo americano noutras épocas vendia trigo ao Brasil, a quarenta anos de prazo, para pagar em cruzeiros, sem TR, sem correção monetária e sem juros. E o Governo americano só acabou permitindo que o mercado fluísse normalmente, que os preços de soja, trigo e milho subissem depois que ele acabou os seus excedentes e o mercado tomou seu caminho natural comercializado através das Bolsas e muitas vezes para evitar que ele tivesse que comprar grandes estoques pagando ao produtor para não plantar. Eu acho que isto é ainda uma coisa muito prematura para discutir no Brasil, porque eu não vejo possibilidade de o Governo do Paraná indenizar um produtor para não plantar café, para não provocar super produção que fique pendente sobre o mercado.

Mas os Estados Unidos resolveram os seus problemas de super produção pagando o produtor para não plantar determinados produtos e aquele produto especificamente, mas obrigando-o a plantar algo na terra para não deixar ela nua, que ele não podia vender, que era incorporado até como adubo.

Então, eu acho que este é um projeto a ser pensado. Como primeiro dar fim nesses estoques que a gente vê nos jornais estão aí custando armazenagem, seguro, quebra e onerando o povo brasileiro em volume de cruzeiros enorme e gerando uma inflação e sendo um dos fatores fundamentais do aumento da inflação no Brasil.

E também temos que melhorar a qualidade do nosso café. Eu tenho o privilégio de receber a revista da ABIC e felicito aqui e a ABIC pela sua diretoria, pelo trabalho pioneiro desenvolvido no Brasil para dar para cada café que se toma o selo de qualidade e dar este selo para aquela indústria que realmente se incorpora e fabrica um café de primeira qualidade, evitar as fraudes que aconteceram sempre dentro do país onde se tomava milho e feijão preto torrado com café. No fim os estrangeiros que nos visitavam diziam: "Café no Brasil não dá para tomar. É uma porcaria que dá até dor de cabeça."

E também para aumentarmos a produção eu quero deixar uma outra sugestão que vai de novo ao marketing: os Estados Unidos permitiram que o seu agricultor plantasse mais soja que sempre foi o meu negócio, ensinando o mundo a comer soja e permitindo que o seu produtor aumentasse a sua produção, permitindo que o Brasil também aumentasse a sua produção, permitindo que o nosso país chegasse a 23 milhões de toneladas neste ano, mais da metade do que colhe o americano, permitir que na Argentina se plantasse soja, que no Paraguai se plantasse soja, que em todos os países pobres do hemisfério sul se plantasse soja. E como ele chegou nisto? Através do marketing. Marketing feito por quem? Não pelo Governo americano que não se mete nos negócios da iniciativa privada. Marketing feito pela associação dos produtores americanos de soja, American soya Association, que ensinou a nós brasileiros consumir óleo de soja, que nos ensinou fazer ração, que nos ensinou a produzir frango alimentar com farelo de soja, que nos ensinou a criar porco de maneira racional e econômica, o uso de farelo de soja. Isso ele fez para nós, produtores de soja. Fez na Argentina, fez no México, fez no Paraguai, fez em todos os países do mundo. E o aumento da demanda de soja, que permite que nós continuemos aumentando a produção, sem dúvida nenhuma, não foi através de subsídios governamentais, de garantia de preços mínimos. Porque não adianta produzir quantidades, se o mercado, o consumo, não absorvem.

E acho, também, que um programa de subvenção, para aumentar a produção, também é um programa que a longo prazo, no meu entender de consumidor e cidadão brasileiro, não tem futuro. Eu acho que a única forma de resolvermos este problema é plantarmos qualidade, como diz o nosso Secretário da Agricultura, para termos qualidade, quantidade e racionalidade. E se o produtor também nota que há, no mundo, milhões de sacas de café sem consumo, ele mesmo tem que partir para outra alternativa. E, nesta de partir para outra alternativa é que o governo desempenha a sua função: os Deputados, os Prefeitos, os Governadores, os Vereadores, o Ministério da Agricultura. Afinal, todos têm responsabilidades para fazer com que se encontre uma alternativa lucrativa.

É este o meu entendimento pessoal. Não quero me alongar mais. Acho que já dei a posição, mais ou menos, do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, porquê nós abandonamos café. Porque achamos, também, um produto de alto risco, pelo clima. Produto de alto risco, pela intervenção que havia no Governo. Mas, do qual pelo menos os produtores e as empresas sérias acabaram por se livrar, depois de - acho - cinquenta anos de domínio.

E quero dizer mais: soja, no Brasil, cresceu também porque o Governo, apesar de muitas tentativas, não criou o IBS - Instituto Brasileiro do Soja - contra o qual, modéstia à parte, lutei muito e dei a minha contribuição durante muitos anos.

Na hora dos debates eu continuo aqui, inteiramente à disposição. Por enquanto, muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Manfrinato) - Agradecemos a participação do Sr. Secretário de Estado de Turismo, Indústria e Comércio do Mato Grosso do Sul, e passamos a registrar, neste momento, a presença do Dr. André Jacques Assa, Diretor Presidente da Inter Continental do Café, acompanhado do Dr. Darcy Ramirez de Paula. Muito obrigado pelas suas presenças conosco.

Dando continuidade ao nosso Simpósio, convidamos para fazer uso da palavra, o Exmo. Sr. Dr. Florindo Dalberto, Chefe da Divisão de Tecnologia do Instituto Agrônomo do Paraná. E, anunciamos, também, que já foi confirmada, logo mais, a presença do Ministro de Indústria e Comércio.

O SR. FLORINDO DALBERTO - Senhor Deputado Dirceu Manfrinato e demais membros da Mesa, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores; a minha instituição - Instituto Agrônomo do Paraná - recebeu a honrosa incumbência de participar deste Simpósio, realizando uma exposição sobre café, cafeicultura, a questão tecnológica do café, e o programa que o Paraná desenvolve em relação à cafeicultura.

Foi-me repassado esta incumbência, mas eu devo, inicialmente, pedir desculpas aos Senhores, porque a minha exposição foi preparada através de uma sequência de "slides", e que, infelizmente, nós teremos que improvisar um pouco esta sequência, em função da dificuldade que temos com a projeção. Peço desculpas aos Senhores, mas, sei também que teremos a boa vontade de todos, no sentido de acompanhar da melhor maneira possível as projeções que lá estão.

E pediria para que aquelas lâmpadas pudessem ser apagadas, para que pudéssemos dar andamento.

(Apresentação de Projeção)

Srs. creio que há consciência na mente de todas as pessoas de que o café no Brasil, a Cafeicultura precisa ser repensada, precisa ser buscada uma reestruturação a longo prazo, uma reestruturação sustentada na Cafeicultura.

Esta reunião como tantas outras que tem acontecido ultimamente e ao longo dos anos, ocorre porque há uma crise com esse produto, há uma crise de preço, há uma crise de mercado, há uma crise na produção e a Cafeicultura está em níveis de produção ineficientes. Não é essa Cafeicultura em crise que o Paraná quer, que o Paraná deseja ter. O que o Paraná quer ter é aquela Cafeicultura que está lá, uma Cafeicultura implantada que garanta um lucro através da eficiência produtiva, lucro para o Produtor, uma Cafeicultura que pressupõe: uma nova forma de realizá-la, melhoria da quali-

dade do café e diversificação integrada das propriedades Cafeeiras. Esta é a síntese da proposta de uma reestruturação tecnológica que o Paraná desenvolve e busca implantar. E foi pensando nisso tudo, na produtividade que a pesquisa ao longo dos últimos vinte anos desenvolveu aquilo que é chamado "Modelo Tecnológico para o Café no Paraná", que é um sistema de produção que propõe, além da diversificação integrada a eficiência produtiva, ou seja o manejo para a produtividade com baixo custo, propondo ainda o aspecto da melhoria da qualidade do produto. E em cima dessa proposta tecnológica que se realiza, que se apóia o plano integrado para a revitalização da Cafeicultura do Paraná, que o Governo do Estado através da Secretaria da Agricultura, hoje, desenvolve não de forma exclusiva, de forma única, mas buscando adesão de todos os segmentos interessados em que o Café no Paraná continue a ser um produto do seu sistema agrícola, buscando então a adesão das entidades do Ministério da Agricultura, das Cooperativas lideradas pela OCEPAR, das suas entidades próprias, das Prefeituras, das Associações, enfim de todos os segmentos que realmente estão desejosos que o Café no Paraná continue a ser uma fonte de riqueza para este Estado e para os seus produtores.

Por quê? Porque o Paraná descobriu que diferentemente do que se pensava até bem pouco tempo atrás, ele não poderia prescindir desse produto na sua economia agrícola. E por que isso? As razões são grandes, porque desde que o café em 1900 entrou no Estado do Paraná, a própria configuração histórica dessa passagem do Café, dessa entrada e passagem nos dá a configuração de como é que foi, o que aconteceu em termos dessa passagem nos dá a configuração de como é que foi, o que aconteceu em termos dessa passagem. O Café está nesses 270 anos que o café está no Brasil, ele entrou nas nossas almas de brasileiros sem dúvida, mas no Paraná a partir de 1900, mas foi somente a partir da década de 50 que realmente alcançou uma grande expansão quando ocorreu abertura de toda a região Norte que se deu essencialmente com a cultura cafeeira, ocasião em que as fronteiras agrícolas foram todas tomadas e através de um modelo tradicional de exploração ou de expansão da cafeicultura em toda a sua extensão. Então, nesse gráfico eu peço aos Srs. que memorizem realmente, creio que aí está um bom resumo do que é, do que tem sido a história do Café no Paraná, o que aconteceu a partir daquele ponto final de linha vai ser, vai depender de nós. Vejam então que aí, durante a década de 50, meados de 60, realmente aconteceu toda aquela expansão. O Paraná chegou a ter como já foi dito aqui pelo Secretário Osmar Dias, cerca de um milhão quase um milhão e oitocentos mil hectares tomados com café, em 1961, produzindo 54,04% da produção recorde brasileira de café daquele ano que foi cerca de 41 milhões de sacas. Vejam bem também que a partir dos meados do ano 60 a cafeicultura do Estado iniciou um processo diríamos que quase que irreversível de queda o qual perdura até os dias de hoje, a não ser durante a década de 70, meados da década de 70 houve uma pequena tentativa de retomada, mas que não foi sustentada e continuou o processo de queda. Nesse processo de ascensão e queda obviamente muitas coisas aconteceram, até as condições de produção se alteraram radicalmente, então há uma problemática muito complexa envolvendo esse conjunto todo. Todavia para nossa análise aqui nos cabe atentar para a questão tecnológica. Vejam então que tivemos ali os programas de erradicação, tivemos ocorrências de geadas, tivemos também toda a política de modernização da agricultura, tivemos também a partir dos anos 60 - 70 a questão da legislação trabalhista com suas implicações, a questão dos preços internos mantidos em níveis baixos por intervenção governamental. Enfim, um complexo de fatores que contribuiu para esse quadro. Todavia estamos, ali, hoje, com um pouco mais, não chegando ainda a 300 mil hectares a atual cafeicultura e obviamente com a tendência de queda ainda estando presente.

Durante aquela fase de expansão realmente se ocuparam as maiores terras do Paraná, e aquele modelo tecnológico de produção que era o modelo tradicional, não incorporava as técnicas em condições de manter a sua principal base de sustentação que era a fertilidade do solo. Então, a queda da fertilidade do solo maximizada por problemas de geadas, então fez com que as lavouras fossem sendo abandonadas e ficaram num processo anti-econômicas e esse processo em algumas regiões continua acontecendo até hoje com a própria peculiarização das agências cafeeiras.

A geada de 75 além da de 69 e outras apressou o processo de substituição pelo binômio soja-trigo que já se fazia presente. Então aquele modelo tecnológico que é tradicional de produção que tinha como base a fertilização, principalmente a fertilidade natural do solo, a partir do momento em que aquelas bases de sustentação não se faziam mais presentes, obviamente aquele tipo de cafeicultura se mostrava completamente inadequado. Em 1975 a partir dos anos 70 com a ferrugem foi quando se iniciou também o processo de mudança dos padrões tecnológicos do café, se implementou o programa de renovação, mudamos completamente o padrão tecnológico e esse modelo de renovação ele realmente era aplicável para propriedades maiores aonde era possível entrar com a mecanização e suas bases de sustentação: fundamentalmente o crédito abundante implicando no uso intensivo de insumos que eram subsidiados e a ênfase na mecanização também enquanto perduraram essas bases, aquele modelo foi possível de permanecer. Nesse momento o que assistimos aqui, a própria lavoura da renovação pelos seus altos custos, por ser muito demandadores o uso de insumos que são hoje caros, as relações de preços se alteraram completamente. Vimos então que a produtividade que era a maior do Brasil, nos últimos anos, esta produtividade média do Paraná passou a ser, além de muito baixa, menor do que a média brasileira. Isso tudo fez com que realmente as propriedades maiores que ainda estavam reticentes ingressassem de vez nesse binômio soja-trigo inclusive com os incentivos governamentais de créditos que esse processo proporcionou. Então foi válido nesse sentido. Todavia, na questão da cafeicultura e perfil da produção já estava completamente alterado. Vemos aí a dominância absoluta das pequenas propriedades cafeeiras. Vejam os senhores que mais de 90% das propriedades do Paraná tem área de café de até 20 hectares e até 10 hectares são cerca de 67%. Vemos então que havia se alterado totalmente o perfil de produção e aquele modelo da renovação obviamente não era adequado a esse tipo de produtor que predominava porque era baseado na mecanização quando ele não tinha escala para mecanizar. Era baseado no uso intensivo de insumos que realmente não lhe era possível do ponto de vista econômico.

Vemos então no momento a decadência continua e o modelo atual não se sustenta e esta é também uma imagem de baixa produtividade que nós temos enxergado nas regiões cafeeiras, principalmente nas regiões de solo mais pobre.

Com isso tudo muitos do Paraná já começaram a pensar que o café era uma página virada da economia agrícola do

Estado, Deputado Manfrinato. O próprio Jornal de Londrina começou a publicar uma série de reportagens contando a história do café como se realmente fosse algo do passado, a partir da idéia que o Paraná poderia substituir toda a sua cafeicultura pelas culturas diversificatórias, ocupando todo o espaço com a mesma densidade econômica.

Então voltamos àquela figura em que essa tendência continua e ela segue em frente. E se nós ficarmos apenas pelo lado estatístico vamos ver que, embora pelo quadro preparado em 1990, pela tendência estatística em algum ponto de 95, 96, 97, não sabemos, aquela curva iria alcançar o eixo horizontal e obviamente nós estaremos assistindo ao fim total da cafeicultura em nosso Estado.

Agora, frente a esse quadro todo, cabe um questionamento, será que seria válido para o Paraná deixar de contar com um produto de um mercado mundial de cerca de 100 milhões de sacas e no qual o Brasil sempre foi líder das exportações e que dentro disso o Paraná chegou a ser o maior produtor do Brasil?

Será que seria possível deixar de produzir um produto, como foi dito aqui pelo Secretário que tem um consumo mundial crescente, embora pequeno, cerca de 2% ao ano? Será que seria válido ao Paraná apesar de que temos realmente inúmeras opções de diversificação, inúmeras alternativas trabalhadas e sendo implementadas? Mas será que seria possível deixar de lado um produto cujo os indicadores sócio-econômicos indicam uma enorme importância, principalmente na geração de empregos, de renda, especialmente na infraestrutura. Enfim, eram questões que estavam presentes na mente dos analistas desde aqueles que se preocupam com a pequena infra-estrutura e o conhecimento que está presente nas pequenas propriedades do Estado, e também olhando as potencialidades globais do café, desde a questão de mercado, a questão da vocação cafeeira do Estado, o potencial que o Estado poderia alcançar, que está sendo comprovado, a questão de redução de custos, enfim, um elenco de potencialidades que levava a que esta análise fosse feita. Aí, realmente a resposta dessas questões todas que estava na análise dos modelos de produção que tinham prevalecido ao longo do tempo. Vimos aí, que no modelo tradicional, realmente a sua principal base de sustentação não estava presente, no modelo da renovação o alto custo dos insumos e a inviabilidade da mecanização das pequenas propriedades mostrava que ele estava falido. O que era preciso então? Era preciso, frente a um perfil próprio de como estava operando a produção no Estado do Paraná, desenvolver um modelo próprio para as realidades agro-ecológicas, sócio-econômicas do Estado do Paraná. As diretrizes estavam lá, era preciso então buscar estabilidade econômica da propriedade. Isso poderia ser conseguido com a chamada diversificação integrada, era preciso restaurar aquilo que foi uma base de sustentação, o manejo do solo, são tecnologias que levam a isso. Era preciso todo um novo tipo de manejo de densidade jogando com as variedades, tudo ajustado para cada condição local, e finalmente buscar algo que o mercado demanda, que é a questão de qualidade do produto.

Isso tudo fez com que era importante colocar que o Paraná também não precisava ter medo da geada. A geada, sim existe, mas ele deve compor o planejamento de longo prazo, numa cafeicultura, vimos então ali o modelo para o Paraná, era o chamado modelo da diversificação, aquele que com condição e base nos aportes tecnológicos estabeleceu sustentabilidade para a cafeicultura, através da eficiência produtiva. Vemos aqui que não falamos mais de rentabilidade via preço ou apenas aguardando a melhoria do mercado. Estamos falando aqui de rentabilidade e estabilidade, via eficiência produtiva, buscando produtividade, diminuição de custo, melhoria de qualidade e estabilidade econômica. Vamos ver como isso acontece:

Os princípios desse modelo implicavam numa alteração muito grande da forma como a coisa se fazia, até o presente. A ênfase seria um menor uso de capital, por que este é um fator limitante hoje, então o que? Usar mais os meios de caráter biológico. Uso racional da mão-de-obra, maior uso de recursos naturais, a questão de genética, a questão de trato, cultivo e sistema de produção adensado. E finalmente a sobrevivência em situações de preços baixos que uma cafeicultura sustentada é assim que se busca.

Portanto, além dos princípios o modelo tem suas bases. Que são estas bases? É o conjunto de procedimentos velhos que em cima da relação produtividade, e densidade foram ajustadas para aplicado em cada situação proporcionar uma sustentabilidade da produção através da chamada eficiência produtiva, ou seja através do manejo para a produtividade com baixo custo.

Bom, este modelo pressupõe a chamada diversificação agrícola integrada, ou seja, não se espera mais aquilo que nós tentamos, na década de 70, que era a diversificação da região cafeeira. Hoje vemos que o que é fundamental é fazermos a diversificação da propriedade cafeeira, um conceito totalmente novo, porque é o que vai dar a estabilidade a nível dessa propriedade.

Aí está, a tradição de pai para filho, mas agora pensando na propriedade. Ou seja o cafeicultor sendo visto como produtor que coloca café no seu sistema, integra este café com outras alternativas e a sua propriedade pode funcionar como um verdadeiro sistema, com entradas e saídas aonde o fluxo de caixa, de mão-de-obra, de renda, se equilibra em função de várias alternativas que ele pode ter. Nesse caso aí com cafeicultura, com fruticultura, representado pelo abacate, com frango de corte, este é um modelo real da análise feita de uma propriedade diversificada e que, mesmo na situação de preço baixo, de crise de hoje, sustenta seu café e mantém a produtividade em níveis adequados.

Pressupõe também, fundamentalmente o chamado adensamento de plantio, que é aquilo que o Secretário acabou de falar. Essa é realmente a nova visão que temos no café, onde poderemos ter um sistema de baixa densidade se formos usar a mecanização, mas fundamentalmente como o que domina é a pequena propriedade, então teremos que começar ali embaixo, voltando um pouco, os sistemas adensados e super-adensados, e que pressupõe uma alta produtividade por área porque é isso que atende ao perfil do pequeno produtor, que deverá então concentrar a sua produção numa área menor, mas podendo aplicar ali nessa área menor todo o manejo adequado para que ele tenha alta produtividade.

Vimos então que para cada situação, quer seja o tipo de solo ou outro, os espaçamentos serão ajustados e se buscará o equilíbrio básico de cada situação, mas fundamentalmente buscando a produtividade global a nível da atuação cafeeira.

Outra base do modelo é o manejo de solo, ou seja, recuperar aquela fertilidade, e aí começamos a ver as amarrações das bases de modelo quando a própria diversificação integrada, no caso aí por exemplo como a exploração avícola, ou de gado leiteiro, proporciona insumo de baixo custo para potencializar a adubação mineral. Então, esse manejo integrado de solo visa eliminar a causa principal que levou à decadência do modelo tradicional de produção, que foi exatamente a redução da fertilidade do solo, e agora o manejo daria condições de sustentabilidade e poder manter a produtividade com baixo custo.

Vemos aí um exemplo de uma pesquisa que o IAPAR desenvolveu aonde verificamos que somente a adição de insumos da própria propriedade de baixo custo poderiam aumentar a eficiência da adubação química em até 83%, com um custo praticamente pequeno, em torno de 10% apenas do total da adubação química.

As novas variedades. Foi falado aqui, essa variedade que os senhores têm aqui na mesa é o resultado de 17 anos de pesquisa resistente a todas as raças de ferrugem que ocorrem no Brasil hoje, para os senhores terem uma idéia somente esse fator, essa variedade com essa característica ela pode representar uma diminuição de custo na produção entre 100 a 300 dólares por hectare, porque ela realmente não exige nenhum trato para a ferrugem, além disso ela tem o porte baixo, a forma ideal para os plantios adensados. Mas não é apenas essa a variedade, na verdade o modelo pressupõe que se trabalhe com variedades a nível do Estado na regionalização e a nível também diversificação na própria propriedade, atendendo para questões de maturação. Vejam os senhores então que as bases do modelo é o conjunto dos insumos mais baratos que existem, que é o conhecimento, que é a ciência aplicada à produção. Manejo integrado de pragas. Também outra base do modelo, tudo visando minimizar custos e dar mais condições de sustentabilidade, não só do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista ecológico para as regiões cafeeiras.

Então, com as geadas. No Paraná a ferrugem muitas vezes é muito pior do que a geada. Então, o modelo prevê que existe uma série de medidas que podem ser aplicadas com êxito para a convivência. Além do que obviamente a cafeicultura do Paraná hoje não é mais uma cafeicultura extensiva, ela está nas melhores localizações. Então, o fator geada é um fator que pode tranquilamente ser colocado no nosso planejamento de longo prazo, então não é um fator limitante mais com tecnologia e com manejo adequado para isso. Qualidade. Existe uma falácia que tentou se vender de que o Paraná não tinha condições de produzir bons cafés. Isso é uma inverdade, o Paraná com tecnologia, é claro que temos aqui uma condição climática que exige um tecnologia própria para produzir café com qualidade, todavia, com altos índices de produtividade, podemos perfeitamente adotar toda a tecnologia de processamento, de colheita e de trato, que leve o Paraná a produzir um café tão bom quanto o de qualquer parte do Brasil, ou do mundo, em função da tecnologia de processamento, como esta técnica do cereja descascado, por exemplo, que realmente produz um café da melhor qualidade possível a um custo possível de ser arcado em função da alta produtividade.

Temos ainda um elenco de tecnologia, de procedimentos, que podem ser voltados à questão da qualidade, desde a questão da variedade até o preparo do café do cereja descascado. Este conjunto de coisas que realmente podem dar esta possibilidade.

Então o Paraná hoje, a partir do conjunto de pesquisas que desenvolveu ao longo dos vinte anos, ele pode assegurar que é possível alterarmos o perfil da nossa cafeicultura, a longo prazo, dependendo do tempo que quisermos com isto e iremos gradativamente implantando, a partir das lavouras atuais, em função do seu estado, do seu potencial, da sua região, da sua possibilidade, chegarmos num prazo previsto de 16 anos a alterarmos completamente o nosso modelo de produção de cafeicultura para um novo modelo, aquele que está, que é um modelo tecnológico para o Paraná, em condições de apresentar elevados índices de produtividade e rentabilidade para o produtor, capaz de apresentar qualidade de produto para que possamos ser competitivos no mercado em termos não só de produtividade, mas também de qualidade.

E este anseio para que façamos isto no Paraná é algo que hoje está presente na mente de tantas pessoas por exemplo dos pequenos municípios que querem manter o nível de renda dos seus pequenos produtores.

Pensando nisto o Governo do Estado de imediato, como já foi anunciado pelo Secretário, lançou o seu Plano Integrado para Revitalização da Cafeicultura do Paraná. É um programa que, como dissemos, se apóia neste modelo tecnológico que foi desenvolvido pela pesquisa, está lançado oficialmente e visa não mais voltarmos a ter uma grande cafeicultura dos anos 60, 70, mas sim mantermos nas nossas propriedades uma pequena área com café, com alta produtividade, com alta eficiência produtiva, diversificando a propriedade, liberando áreas para outras explorações, possibilitando uma diversificação integrada de forma que subprodutos de uma exploração possam alavancar a outra, no caso aí o frango alavancando o café. Principalmente que possa manter os empregos com valor.

O café, pela sua densidade econômica, o emprego que ele gera é o produtivo, que gera renda. Este o objetivo que se espera alcançar com este programa.

E também estancar este enorme processo de esvaziamento econômico daqueles municípios que foram cafeeiros. Os municípios cafeeiros estão esvaziados economicamente e somente com a manutenção de uma parcela da sua cafeicultura será possível estancar este processo. Como também eliminar a pobreza do meio rural. É impossível verificarmos que regiões de café que foram ricas hoje ostentem padrões de pobreza.

Recentemente estivemos visitando países da América Latina, da América Central, que são cafeeiros, realmente pequenas propriedades lá das zonas cafeeiras, são as mais ricas do país, as pequenas propriedades oferecem às pessoas que ali trabalham a possibilidade de ter uma excelente condição de vida. Isto é algo que temos a possibilidade de reverter em nosso Estado.

Aí está o Plano Integrado para a Revitalização da Cafeicultura do Paraná, que é uma proposta que se tem para se mudar este perfil. Ele opera hoje ainda financiando, através de subsídio como o Secretário anunciou, lavouras demonstrativas. Mas o mais importante, além de lavouras demonstrativas tem também o financiamento para - dentro do "Panela Cheia" - para a implantação de lavouras avançadas, quando o produtor opta conseguir as diretrizes desse modelo tecnológico. Mas, mais que isso hoje o Paraná realmente voltou a integrar as suas ações a um grande movimento dos técnicos,

de todas as entidades e cooperativas de Prefeituras, da EMATER, do IAPAR, falando a mesma linguagem e todos buscando um mesmo rumo no sentido de que o Paraná volte a ter esse tipo de cafeicultura que se julga possível, não só os técnicos, mas também os dirigentes, os líderes rurais, hoje, após esse programa, e a sua implantação definitiva vai exigir algumas pré-condições, fundamentalmente a continuidade da pesquisa de café no Brasil que está um tanto desarticulada, um trabalho técnico e permanente junto ao produtor porque esse modelo é possível de ser adotado pelo pequeno produtor, aquele que não dispõe de muito capital desde que ele seja adequadamente assistido e é preciso que haja aquilo que está havendo hoje aqui, uma integração geral de idéias, e de ações entre entidades públicas, privadas, governo, parlamentares, enfim, um conjunto de ações voltadas para um objetivo comum.

É com base nesse conjunto de idéias é que nós temos certeza que o café no Paraná vai voltar a germinar, a crescer, a florescer e certamente render frutos para nós todos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência tem a satisfação de registrar entre nós a presença do Deputado Federal Moacir Micheletto, e a presença da Vereadora de Maringá, Edith.

Encerrada a participação do companheiro Florindo Dalberto, Chefe de Divisão de Tecnologia do Instituto Agrônomo do Paraná, passaremos a ouvir, neste momento, a manifestação do Exmo. Sr. Dr. Léo de Almeida Neves, representante das Companhias de Café Solúvel.

O SR. LÉO DE ALMEIDA NEVES - Sr. Deputado Orlando Pessuti, DD. Presidente desta Casa e também Presidente do Bloco Agropecuário da Assembléia, Deputado Dirceu Manfrinato; Deputados Federais; Deputados Estaduais; demais componentes da Mesa; representantes de Cooperativas; entidades de classe; meus Senhores e minhas Senhoras:

"Foi muito oportuna essa iniciativa do Projeto Ouro Verde, elaborado pelo Deputado Dirceu Manfrinato e acolhido por essa Assembléia Legislativa, que está sendo apresentada neste Simpósio da Cafeicultura.

A idéia central do Projeto de vender os estoques governamentais (9,3 milhões de sacas do FUNCAFÉ e 7,7 milhões de sacas do Tesouro Nacional) e financiar o plantio de até 5.000 cafeeiros por proprietário, dentro das técnicas modernas, pretende resgatar, pelo menos em parte, a força da cafeicultura paranaense, que chegou a produzir mais de 21 milhões de sacas em uma só safra, no início da década de 60, isto é, o montante de uma safra de hoje de todo o Brasil.

Além do aspecto econômico, o Projeto tem o alto sentido de manter a população na zona rural, pois é sabido ser o café a cultura agrícola que mais utiliza a mão-de-obra, mais de 4 milhões de pessoas no Brasil.

Um dos grandes problemas brasileiros hodiernos é o êxodo do campo para as cidades. Mesmo que cesse a recessão e volte o desenvolvimento econômico, dificilmente desaparecerá o desemprego, porque a tendência da indústria e do setor de serviços é minimizar o fator trabalho através do uso de alta tecnologia.

Detentor de vasto território, o Brasil terá que adotar soluções próprias para os nossos problemas. Uma delas é reter o homem no campo.

A propósito, merece louvores a competente política agrícola e creditícia do governo Roberto Requião e a pujante atuação de nossas cooperativas, que se refletem em vultosas safras e elevados índices de produtividade, fruto de trabalho profícuo dos agricultores paranaenses.

A sustentação financeira do Projeto Ouro Verde repousa na venda dos estoques governamentais. A idéia pode parecer esdrúxula no momento em que os preços do café são os mais baixos da história, os países consumidores detêm estoques de mais de 20 milhões de sacas e os cafeicultores brasileiros estão endividados e descapitalizados.

Além disso, o mercado do café é muito sensível e a simples notícia de que se está estudando as vendas dos estoques pode deprimir mais os preços e enfraquecer a comercialização, sobretudo na fase em que o Brasil inicia a colheita de sua safra.

Na verdade, qualquer decisão sobre venda de estoques, sempre através de leilões transparentes em Bolsas de Mercadorias, fixação de PLE (Preço de Liquidação de Estoques), definição de quantidade a ser leiloada, tudo isso tem que ser previamente discutido e acordado com os 4 segmentos da economia cafeeira, notadamente os cafeicultores que atravessam situação profundamente grave.

A questão se insere na definição de uma política cafeeira global para o país. Cessaram as cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café, em 05 de julho de 1.989, extinguiu-se o IBC em 15 de março de 1.990 e deixou-se o café entregue à própria sorte.

A atividade cafeeira ficou:

- a) sem financiamento de custeio, de pré-comercialização e de comercialização;
- b) sem previsão oficial de safra, divulgando-se previsão de empresas ou de governos estrangeiros ao sabor de seus interesses;
- c) sem recursos para pesquisa;
- d) sem assistência técnica;
- e) sem preço de garantia;
- f) sem plano de safra.

Em 1.988, o preço médio da saca de café de 60 quilos era de US\$ 130,00; em 1.992, menos da metade US\$ 58,00.

É de se indagar qual o formato institucional mais conveniente para contemplar as necessidades da economia cafeeira. Qualquer boa solução passa inexoravelmente pela presença da iniciativa privada, complementada pela atividade governamental.

Quando o Presidente Getúlio Vargas, em 1.952, criou o Instituto Brasileiro do Café, competia à Junta Administrativa traçar a política cafeeira. Os representantes da cafeicultura na Junta eram escolhidos por eleição direta. Jayme Ca-

net, João Ribeiro Júnior, dentre outros ilustres paranaenses, foram eleitos para esse órgão colegiado que congregava todos os setores do café. O Cel. Paula Soares presidiu a Junta por muitos anos com raro brilhantismo.

No final da década de 60, a Junta Administrativa foi extinta.

Em 1.968, o governo possuía em torno de 70 milhões de sacas de café estocadas; em 1.985 restavam pouco mais de 2,5 milhões.

O chamado "milagre brasileiro", se fez, em grande parte, com as receitas cambiais e financeiras resultantes das vendas dos estoques governamentais.

É de se reconhecer que foram providos recursos para erradicar 1 bilhão de cafeeiros, financiou-se a substituição de lavouras, construíram-se com recursos do café muitas obras de infra-estrutura nas regiões cafeeiras, como rodovias, linhas de transmissão de energia elétrica, auxílio para construção do IAPAR, etc. Mas grande soma de recursos foi aplicada em obras sem nenhuma relação com o café, como a ponte Rio-Niterói.

Nessa época, não havia obrigatoriedade legal para que os recursos obtidos com a Quota de Contribuição fossem aplicados exclusivamente na economia cafeeira.

Novamente, houve a participação dos setores privados nos assuntos cafeeiros a partir de 05 de novembro de 1.986, quando o Decreto nº 93.536, criou o Conselho Nacional de Política Cafeeira-CNPC com 20 membros, sendo 10 da lavoura, 6 do comércio, 2 das torrefações e 2 do solúvel, indicados pelas suas entidades de classe. Toda formulação das políticas e diretrizes para o setor cafeeiro deveriam ter a participação do CNPC, inclusive para gerir o FUNCAFÉ, criado pelo Decreto-lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1.986, regulamentado em 15 de setembro de 1.987, pelo Decreto nº 94.874.

Os recursos do FUNCAFÉ só puderam ser aplicados em Títulos do Tesouro Nacional em 03 de junho de 1.988, mercê do Decreto-lei nº 2.440.

Em março de 1.990, foi zerada a Quota de Contribuição, fonte de receita do Fundo. Observe-se que apenas com 2 anos de correta arrecadação e aplicação financeira dos saldos, o FUNCAFÉ mantém até hoje recursos financeiros que têm sido usados primordialmente para financiar a colheita cafeeira.

O FUNCAFÉ foi mantido após a Constituição de 05 de outubro de 1.988, porque constou da lei orçamentária de 1.990, dando-se como cumprida a exigência de ratificação após 2 anos de promulgada a Carta Magna.

Em 03 de novembro de 1.992, o Decreto 676 vinculou o FUNCAFÉ ao Ministério da Fazenda, que delegou a sua gestão ao Secretário de Política Econômica (SPE) pela Portaria 194, de 28 de abril de 1.993.

Na recente reforma administrativa do Governo Federal que reintroduziu o Ministério da Indústria e Comércio e do Turismo, foi criado o Departamento Nacional do Café, a ele vinculado.

Dentro desse cenário, reconhecendo que o setor privado vem sendo chamado ao diálogo, desde a extinta Secretaria Nacional de Economia/DAP, até atualmente pelo Ministério da Indústria e Comércio e do Turismo, é chegado o momento de complementar medidas e de institucionalizar um novo formato jurídico-financeiro para tratar dos assuntos do café, objetivando:

1. Financiar o custeio, pré-comercialização e a comercialização do café com linhas de crédito aos produtores, comerciantes, exportadores, torrefação e moagem e solúvel;
2. Estabelecer preço mínimo de garantia;
3. Realizar previsão de safra e cadastramento rural;
4. Alocar recursos para a pesquisa cafeeira pelo IAPAR, IAC, EMBRAPA e outros;
5. Difundir a tecnologia através dos governos estaduais, prefeituras e cooperativas;
6. Gerar novos recursos ao FUNCAFÉ através de verbas do orçamento da União;
7. Transferir, mediante Projeto de Lei, para o FUNCAFÉ, o patrimônio do extinto Instituto Brasileiro do Café, estimado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), em 4 bilhões de dólares.
8. Incluir na receita do orçamento do FUNCAFÉ o resultado da locação a terceiros dos armazéns e outros imóveis do antigo IBC, enquanto não se concretiza a transferência legal;
9. Atribuir ao Comitê Brasileiro do Café (CBC) as funções de orientar a política cafeeira e de aplicação dos recursos do FUNCAFÉ, tendo como órgão de execução o recém instalado Departamento Nacional do Café, em consonância com diretrizes comuns com o Governo Federal.

Se o FUNCAFÉ puder reforçar seus ativos financeiros, somado ao valor do estoque de 17 milhões de sacas, mais o patrimônio do ex-IBC, a economia cafeeira é virtualmente auto-sustentável, não precisando de recursos do Tesouro Nacional, e podendo facilmente tornar real, com os aperfeiçoamentos que forem necessários, o Projeto Ouro Verde.

Estas sugestões que estou trazendo ao debate são uma contribuição pessoal para análise deste Simpósio.

Tendo na Presidência da República o Dr. Itamar Franco, um político de Minas Gerais, o maior Estado cafeeiro do país; e no Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo um representante do Paraná, o Senador José Eduardo Andrade Vieira; na administração dos Estados cafeeiros governadores identificados com os problemas do café e na Assembléia Legislativa do Paraná, Deputados com a clarividência de lançar um Programa para a Cafeicultura e promover a sua discussão a nível nacional, acredito que este é o momento, com a participação dos 4 segmentos cafeeiros, de efetivamente conceber e praticar um novo modelo institucional para o café, que consolide nossa liderança mundial e traga para o Brasil os incontáveis benefícios sociais e econômicos que essa cultura agrícola proporciona.

Gostaria de evidenciar que o Brasil tem importante vantagem comparativa sobre os demais países produtores de café: é o seu mercado interno de aproximadamente 10 milhões de sacas/ano, que pode ser ampliado. O programa ABIC do "selo pureza" garante o consumo de café puro. Com inteligentes campanhas promocionais e assegurada total liberdade de mercado poderemos alcançar patamares superiores de consumo.

Possui o Brasil, também, a maior indústria de café solúvel do mundo, que já trouxe para a nossa receita cambial 5

bilhões de dólares desde o início de 70. Através do café solúvel, o país exporta o equivalente a cerca de 2 milhões de sacas de café verde por ano. Aliás, o solúvel não concorre com o café verde, porquanto atinge consumidores de preferências diferentes. A indústria brasileira é de alta tecnologia, ombreando-se e até superando a de países desenvolvidos.

O consumo interno do solúvel é o equivalente a 800 mil sacas de café verde, de 8 a 10% do total consumido ao ano.

Uma grande vantagem do solúvel é abrir o mercado das regiões tradicionalmente consumidoras de chá, cujo preparo é bastante semelhante ao do café solúvel. Assim aconteceu na Inglaterra, Austrália, Japão e países do Leste Europeu.

Além de funcionar como cunha, abrindo mercado para o café verde, o solúvel proporciona o uso da matéria-prima em outras alternativas de consumo. É o caso do café líquido, apresentado ao consumidor já pronto, puro ou com leite, quente ou frio.

No Japão, os negócios com o café líquido já atingem mais de 5 bilhões de dólares anuais. De outro lado, iniciam-se experiências que apontam para o pleno sucesso desse produto nos mercados norte-americano e europeu. Os analistas de mercado estimam que nos próximos dois anos o consumo de café líquido, gelado ou quente, atinja nos Estados Unidos a cifra de 1 bilhão de dólares. No preparo dessa bebida utiliza-se o extrato de café, que é o produto gerado na primeira fase da industrialização do café solúvel.

As exportações de extrato pelo Brasil, embora modestas, quando comparadas ao solúvel, apresentam tendência ascendente e o crescimento do mercado mundial para esse tipo de café nos deixa esperançosos. Em 1.985, exportaram-se sob a forma de extrato, 524 toneladas de sólidos solúveis, número seis vezes superior em 1.991, quando passou para 3.216 toneladas, registrando decréscimo para 2.600 toneladas no ano passado, por razões conjunturais.

Vitória importante do café solúvel brasileiro foi a conquista do mercado da ex-União Soviética que começou, em 1.966, com o esforço pioneiro do empresário Horácio Coimbra, Presidente da Cia. Cacique, mas efetivamente consumido a partir de 1.984, atingindo seu ápice no ano de 1.989, quando suplantou as vendas para os Estados Unidos.

A principal particularidade desse mercado é a importação do solúvel brasileiro embalado em lata ou em vidro, com marca própria das indústrias, vendido diretamente ao consumidor final.

Devido as radicais transformações políticas ocorridas em 1.991 na ex-União Soviética, não houve vendas de solúvel nesse ano, apenas embarques de contratos anteriores. As importações reduziram-se de 18.991 toneladas, em 1.989, para 3.962 toneladas em 1.991.

No ano passado as vendas para a Rússia recuperaram-se parcialmente, alcançando 9.807 toneladas.

O maior mercado potencial do mundo é o da China, país com mais de 1 bilhão de habitantes, para o qual tem havido apenas exportações esporádicas.

A verdade é que a indústria do café solúvel brasileira atua em cenário mundial extremamente competitivo. As indústrias de solúvel localizadas em países desenvolvidos possuem fábricas tão modernas como as nossas, acesso a todo tipo de matéria-prima a preços deprimidos e vantagens tributárias e creditícias, enquanto o solúvel brasileiro continua sujeito a encargos de ICMS na exportação e não dispõe de linhas de crédito adequadas.

Além disso, sofremos a discriminação da Comunidade Econômica Européia que, a partir de novembro de 1.990 taxou em 9% a importação de café solúvel brasileiro, enquanto é isento o café solúvel proveniente da Colômbia, Bolívia, Equador e Peru, a pretexto de combate ao narcotráfico. O café solúvel importado pela CEE da África também não é onerado. Em janeiro de 1.992, a CEE estendeu o tratamento preferencial para o café solúvel oriundos dos países da América Central. Somos, assim, praticamente, o único país produtor de solúvel taxado em 9% pela CEE.

Os dados do 1º trimestre deste ano mostram o aumento das vendas das indústrias de solúvel dos países ricos - Estados Unidos, Alemanha, Suíça e Áustria - para a Rússia, que estão partilhando de um mercado arduamente conquistado pelo Brasil.

A reexportação de café solúvel por países importadores, isto é, que não produzem café verde, vem aumentando significativamente, atingindo no ano cafeeiro 91/92 o equivalente a 2.602.200 sacas de café verde.

A Índia igualmente está introduzindo o seu produto no mercado ex-soviético, em função de relações políticas privilegiadas com a Rússia, notando-se também que o Equador e a Colômbia estão vendendo solúvel para a ex-URSS.

O Brasil, sendo o maior produtor mundial de café solúvel, vem perdendo posição para outros países cafeeiros também industrializadores de solúvel: Colômbia, Equador, Índia, México e Nicarágua. No ano cafeeiro 86/87, detínhamos 73% das exportações; em 91/92, reduzimos nossa participação para 61,4%.

O fato é que a drástica queda de preço do café verde, ocorrida depois do término das cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café em Julho/89, eliminou a vantagem comparativa da indústria brasileira. Os outros países produtores, fortemente dependentes do café para geração de divisas, venderam a qualquer preço, acelerando a queda das cotações internacionais.

Quanto mais baixos os preços da matéria-prima no exterior menos competitiva fica a indústria brasileira.

É preciso reconhecer que o mercado mundial é de oferta de café sem a contrapartida do aumento da demanda, resultando no acirramento da competição entre os países produtores de café verde e de solúvel.

Nessa conjuntura, caberia ao Brasil desencadear competente atuação para manter e aumentar o mercado de 280 milhões de habitantes dos países que compõem a ex-União Soviética, onde o consumidor já toma café produzido e embalado no Brasil, com marcas brasileiras. A China, bilionária populacionalmente, deve ser atraída para o consumo de café. São tarefas que exigem ousadia e criatividade.

Dentro dessa dura realidade do mercado mundial, os 4 segmentos da economia cafeeira, lavoura, solúvel, torrefação e moagem e exportadores, estão solidários na busca das melhores soluções para atenuar suas dificuldades e atender seus recíprocos interesses, que correspondem também aos interesses da nação brasileira.

Este Simpósio de Cafeicultura, oportunamente promovido pela Assembléia Legislativa do Paraná, será de fundamental importância para discutir idéias e traçar rumos em prol da economia cafeeira, que muito espera da ação dos go-

vernos dos Estados cafeeiros e da administração federal, através do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.
Era o que eu tinha a dizer.”

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ SOLÚVEL

1976 - 1992

(No equivalente a sacas de 60 Kgs. de café verde)

ANO	SACAS
1976	2.178.588
1977	1.586.687
1978	2.195.964
1979	2.640.315
1980	2.012.233
1981	2.206.692
1982	2.236.619
1983	2.122.115
1984	2.203.504
1985	1.973.577
1986	1.948.934
1987	1.805.735
1988	2.008.960
1989	2.471.374
*1990	2.436.787
*1991	1.532.812
*1992	2.399.154

Fonte: IBC até 1989
* ABICS

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CAFÉ SOLÚVEL

(EM KGS)

ANO	U. S. A.	RUSSIA	INGLATERRA	JAPÃO	DEMAIS PAÍSES	TOTAL
1975	(52,69%) 18.163.592	X	(32,50%) 11.204.715	(02,28%) 787.411	(12,53%) 4.320.234	34.475.952
1980	(47,84%) 20.082.973	X	(28,54%) 11.982.124	(01,36%) 569.411	(22,26%) 9.341.978	41.976.486
1981	(45,90%) 19.068.091	X	(26,51%) 11.010.680	(01,68%) 697.095	(25,91%) 10.760.715	41.536.581
1985	(30,35%) 13.795.629	(12,30%) 5.591.150	(18,09%) 8.224.850	(04,97%) 2.257.698	(34,29%) 15.588.987	45.458.314
1986	(34,38%) 15.471.144	(11,93%) 5.367.305	(17,86%) 8.036.961	(07,14%) 3.210.337	(28,69%) 12.910.732	44.996.479
1987	(28,104%) 12.418.263	(14,46%) 6.392.832	(15,19%) 6.715.232	(09,69%) 4.281.421	(32,56%) 14.392.880	44.200.628
1988	(31,12%) 14.804.203	(15,39%) 7.322.394	(12,95%) 6.161.473	(12,68%) 6.035.795	(27,86%) 13.255.961	47.579.826
1989	(27,51%) 15.376.899	(33,97%) 18.991.335	(08,45%) 4.726.937	(07,63%) 4.265.089	(22,44%) 12.546.708	55.906.968
1990	(32,35%) 18.189.448	(29,35%) 16.504.008	(09,12%) 5.132.308	(07,85%) 4.412.311	(21,334%) 11.994.463	56.233.548
1991	(28,61%) 10.118.479	(10,44%) 3.962.985	(14,63%) 5.175.605	(14,12%) 4.992.560	(31,43%) 11.116.022	35.365.651
1992	(26,96%) 14.926.642	(17,71%) 9.806.984	(12,68%) 7.004.316	(07,71%) 4.270.090	(34,96%) 19.256.121	55.364.153

FONTE: A.B.I.C.S.

CAFÉ SOLÚVEL - EXPORTAÇÕES DE PAÍSES MEMBROS PRODUTORES
PARA A ANTIGA UNIÃO SOVIÉTICA

NO EQUIVALENTE A 1000 SACAS DE CAFÉ VERDE
OUTUBRO/SETEMBRO 86/87 - 91/92

DISCRIMINAÇÃO	1986/87	87/88	88/89	89/90	90/91	91/92
TOTAL	309,6	315,1	728,1	1.320,4	332,6	427,3
BRASIL	280,6	263,6	557,4	975,8	278,1	318,3
COLÔMBIA	0	0	—	53,3	0	0,7
EQUADOR	0	0	0	0	0	28,8
ÍNDIA	26,0	45,8	170,5	280,4	52,8	68,5
OUTROS	3,0	5,7	0,2	10,9	1,7	11,0

FONTE: DOC. EB 3398/93 - OIC
A.B.I.C.S.

**CAFÉ SOLÚVEL - REEXPORTAÇÕES DE ALGUNS PAÍSES MEMBROS IMPORTADORES
PARA A ANTIGA UNIÃO SOVIÉTICA**

**NO EQUIVALENTE A 1000 SACAS DE CAFÉ VERDE
OUTUBRO/SETEMBRO 86/87 - 91/92**

DISCRIMINAÇÃO	1986/87	87/88	88/89	89/90	90/91	91/92
U.S.A.	0	0	-	0	-	5,5
FRANÇA	0	0	-	0	1,3	1,3
ALEMANHA	1,4	0,4	2,2	10,9	5,5	26,8
PAÍSES BAIXOS	-	-	0,4	1,3	0,3	5,6
REINO UNIDO	0	0,3	-	0,1	0,1	19,1
ÁUSTRIA	0	0	1,9	-	0,4	12,2
SUIÇA	0	1,2	0,3	2,8	2,8	0,2
OUTROS	0	0	1,5	0,2	0,4	1,5

FONTE: DOC EB 3398/93 - OIC
A.B.I.C.S.

**CAFÉ SOLÚVEL - EXPORTAÇÕES PARA TODOS OS DESTINOS DE ALGUNS
PAÍSES PRODUTORES**

**NO EQUIVALENTE A 1000 SACAS DE CAFÉ VERDE
OUTUBRO/SETEMBRO 86/87 - 91/92**

DISCRIMINAÇÃO	1986/87	87/88	88/89	89/90	90/91	91/92
EXPORTAÇÕES TOTAIS	2.672,4	2.962,7	3.117,6	3.966,2	2.630,7	3.344,5
BRASIL	1.957,5	2.138,6	2.078,9	2.705,9	1.666,1	2.052,7
COLÔMBIA	241,1	314,3	340,7	393,7	357,8	411,9
EQUADOR	159,7	133,9	141,8	180,5	183,0	241,4
ÍNDIA	32,1	47,5	174,5	301,4	96,6	136,0
MÉXICO	8,2	1,9	3,2	17,6	34,1	33,6
NICARÁGUA	30,9	31,7	31,1	24,0	24,4	4,7
% BRASIL/TOTAL	73,2	72,2	36,7	68,2	63,3	61,4
% COLÔMBIA/TOTAL	9,0	10,6	10,9	9,9	13,6	12,3
% EQUADOR/TOTAL	6,0	4,5	4,5	4,6	7,0	7,2
% ÍNDIA/TOTAL	1,2	1,6	5,6	7,6	3,7	4,1
% MÉXICO/TOTAL	0,3	0,06	0,1	0,4	1,3	1,0
% NICARÁGUA/TOTAL	0,1	1,1	1,0	0,6	0,9	0,1

FONTE: EB 3398/93 - OIC
A.B.I.C.S.

**CAFÉ SOLÚVEL - REEXPORTAÇÕES DE ALGUNS PAÍSES MEMBROS IMPORTADORES
PARA TODOS OS DESTINOS**

**NO EQUIVALENTE A 1000 SACAS DE CAFÉ VERDE
OUTUBRO/SETEMBRO 86/87 - 91/92**

DISCRIMINAÇÃO	1986/87	87/88	88/89	89/90	90/91	91/92
IMPORTADORES MEMBROS						
TOTAL	1.904,3	2.121,4	2.122,9	2.092,7	2.339,7	2.602,7
U.S.A.	150,5	148,4	180,9	183,4	231,8	328,2
E.E.C.	1.412,3	1.658,8	1.790,4	1.746,5	1.926,2	2.005,4
ALEMANHA	678,2	695,0	695,0	700,4	786,7	785,1
PAÍSES BAIXOS	165,8	224,6	353,9	328,5	335,3	367,0
REINO UNIDO	328,5	343,8	393,5	357,2	324,3	399,1
OUTROS	341,5	314,2	151,7	162,8	181,7	268,6

FONTE: DOC. 3398/93 - OIC
A.B.I.C.S.

DECRETO Nº 94.872 - de 14 de setembro de 1987

Abre à Presidência da República, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de Cz\$53.940.000,00, para reforço de dotações consignados no vigente Orçamento.

DECRETO Nº 94.873 - de 14 de setembro de 1987

Abre a Encargos Gerais da União - Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de Cz\$200.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

DECRETO Nº 94.874 - de 15 de setembro de 1987

Dispõe sobre a estruturação do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição, decreta:

Art. 1º - O Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ, criado pelo Decreto-Lei nº 2.295 (1), de 21 de novembro de 1986, gerido pelo Ministro da Indústria e do Comércio com auxílio do Conselho Nacional de Política Cafeeira, destina-se ao financiamento, modernização, incentivo à produtividade da cafeicultura, da indústria do café e da exportação; ao desenvolvimento de pesquisas, dos meios e vias de transportes, dos portos, da defesa do preço e do mercado, interno e externo, bem como das condições de vida do trabalhador rural.

Art. 2º - O FUNCAFÉ terá como fontes de recursos:

I - o produto da arrecadação da quota de contribuição instituída pelo Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986;

II - doações realizadas por entidades nacionais ou internacionais, públicas ou privadas; e

III - o retorno das aplicações especificadas no artigo 4º deste Decreto, incluindo o produto da venda dos estoques reguladores adquiridos com recursos do FUNCAFÉ.

§ 1º - Constituirão ainda receita do FUNCAFÉ os resultados da aplicação de suas disponibilidades financeiras em títulos do Tesouro Nacional, através do Banco Central do Brasil, bem como os superávits financeiros verificados em 31 de dezembro de cada ano.

§ 2º - Os recursos previstos neste artigo serão recolhidos ao Banco do Brasil S/A, observado o disposto no Decreto nº 93.872 (2) de 23 de dezembro de 1986.

Art. 3º - O produto da arrecadação da quota de contribuição instituída pelo Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986, constituirá receita exclusiva do FUNCAFÉ, para aplicação nas finalidades previstas no artigo 4º deste Decreto, vedada a sua destinação ou utilização em qualquer outro fim.

Art. 4º - Os recursos do FUNCAFÉ destinar-se-ão:

I - prioritariamente:

a) à compensação do valor das bonificações e de quaisquer outros incentivos concedidos à exportação de café, autorizada pelo artigo 2º do Decreto-Lei nº 2.197 (³), de 26 de dezembro de 1984; e

b) à formação dos estoques reguladores, incluídas as despesas de custeio das operações e de modernização das técnicas de estocagem.

II - subsidiariamente, às seguintes áreas de cafeicultura:

a) racionalização da cultura cafeeira e assistência à cafeicultura, com o objetivo de elevar o grau de produtividade e competitividade dos setores produtivos;

b) pesquisas tecnológicas, estudos e diagnósticos sobre a cafeicultura brasileira;

c) cooperação técnica e financeira internacional com organismos particulares e oficiais no campo da cafeicultura;

d) absorção de novas técnicas de cultivo e beneficiamento do produto nas pequenas e médias propriedades;

e) incentivo ao cooperativismo da lavoura cafeeira e à expansão das cooperativas ou entidades afins já existentes;

f) aprimoramento da mão-de-obra qualificada em todos os níveis da atividade cafeeira;

g) melhoria da infra-estrutura das regiões cafeeiras, compreendendo modernização dos transportes, portos, ramais ferroviários e estradas vicinais, comunicação e eletrificação, além do apoio financeiro a programas sociais integrados pelos estados cafeeiros, que visem a proporcionar melhores condições de vida do trabalhador rural;

h) apoio ao desenvolvimento do parque industrial de torrefação e moagem e de café solúvel;

i) promoção e propaganda destinadas ao aumento do consumo do produto nos mercados interno e externo;

j) pesquisas e estudos dirigidos à produção de subsídios para a execução, pelo IBC, da política de comercialização voltada para a conquista de novos consumidores.

Parágrafo único. O orçamento das aplicações de recursos do FUNCAFÉ em operações de financiamento para as finalidades indicadas neste artigo dependerá de expressa aprovação do Conselho Monetário Nacional, sendo agente financeiro exclusivo para essas operações o Banco do Brasil S/A.

Art. 5º - O Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, ouvido o Conselho Nacional de Política Cafeeira - CNPC, aprovará:

I - as instruções gerais de operação do FUNCAFÉ;

II - o orçamento anual e plurianual do Fundo;

III - as eventuais reformulações do orçamento do Fundo.

Parágrafo único. As aplicações do FUNCAFÉ terão como limite orçamentário a previsão de sua receita, e, como limite financeiro, a efetiva disponibilidade de caixa do Fundo.

Art. 6º - O disposto no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e no artigo 1º e no seu § 1º, do Decreto nº 94.442 (4), de 12 de junho de 1987, aplica-se ao FUNCAFÉ.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney - Presidente da República.

Luiz Carlos Bresser Pereira.

José Hugo Castelo Branco.

DECRETO Nº 93.536 - DE 5 DE NOVEMBRO DE 1986
Cria o Conselho Nacional de Política Cafeeira - CNPC, reestrutura
o Instituto Brasileiro do Café - IBC, e dá outras providências

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição, decreta:

Art. 1º - É criado o Conselho Nacional de Política Cafeeira - CNPC, órgão integrante da estrutura organizacional do Ministério da Indústria e do Comércio - MIC, com a finalidade de assistir ao Ministro de Estado na formulação das políticas e diretrizes para o setor cafeeiro.

Art. 2º - O CNPC será presidido pelo Ministro de Estado da Indústria e do Comércio e integrado pelos seguintes membros:

I - 10 (dez) representantes da lavoura cafeeira;

II - 6 (seis) representantes do comércio exportador de café;

III - 2 (dois) representantes da indústria de torrefação e moagem de café;

VI - 2 (dois) representantes da indústria de café solúvel.

§ 1º - Na representação de que trata o item I deste artigo, os 4 (quatro) Estados maiores produtores de café terão, cada um, 2 (dois) membros e os outros Estados, conjuntamente, os demais.

§ 2º - Os representantes referidos nos itens II a IV deste artigo, bem assim os respectivos suplentes, serão indica-

dos por suas cooperativas de cafeicultores e federações de agricultura, empresas exportadoras, empresas torrefadoras e empresas produtoras de café solúvel, registradas no IBC e designados pelo Ministro de Estado da Indústria e do Comércio.

§ 3º - Os membros designados terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 4º - O CNPC reunir-se-á por convocação de seu Presidente, ordinariamente, a cada trimestre e, extraordinariamente, quando necessário.

§ 5º - O CNPC reunir-se-á com a maioria de seus membros e adotará suas recomendações por maioria simples dos presentes, reservados ao Presidente os votos nominal e de qualidade.

§ 6º - O Presidente será substituído, nas suas ausências e impedimentos pelo Secretário-Geral do Ministério da Indústria e do Comércio.

Art. 3º - As funções de membro do CNPC não serão remuneradas, correndo as eventuais despesas com transporte e diárias por conta dos órgãos e entidades representados.

Art. 4º - O CNPC aprovará, no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de vigência deste Decreto, o seu Regimento Interno, que será baixado pelo Ministro de Estado da Indústria e do Comércio.

Art. 5º - O IBC prestará apoio técnico e administrativo ao Conselho.

Art. 6º - A estrutura básica do Instituto Brasileiro do Café - IBC compreende:

I - Órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente:

- a) Gabinete;
- b) Procuradoria; e
- c) Coordenadoria de Comunicação Social.

II - Diretorias:

- a) de Produção;
- b) de Comercialização; e
- c) de Administração e Finanças.

III - Órgãos descentralizados:

- a) Agências Regionais; e
- b) Escritórios no Exterior.

Art. 7º - As Agências Regionais não excederão a 9 (nove) e terão sua localização definida no Regimento Interno do IBC.

Art. 8º - Os Escritórios no exterior serão localizados em Londres e Tóquio.

Art. 9º - O IBC será dirigido por um Presidente, nomeado pelo Presidente da República.

Parágrafo único. Em suas ausências ou impedimentos, o Presidente do IBC será substituído por um Diretor, por ele indicado e designado pelo Ministro de Estado da Indústria e do Comércio.

Art. 10 - As Diretorias serão exercidas por Diretores designados pelo Ministro de Estado da Indústria e do Comércio.

Art. 11 - O Gabinete será dirigido por Chefe; a Procuradoria, por Procurador-Geral e as Coordenadorias, por Coordenadores.

Art. 12 - Ficam mantidos a atual estrutura administrativa e o Quadro e a Tabela de Pessoal do IBC, até que sejam adaptados ao disposto neste Decreto.

Parágrafo único. O IBC adotará, de imediato, as medidas necessárias para a desativação dos órgãos e unidades não previstos na estrutura básica referida no artigo 6º deste Decreto, ou que não venham a constar de seu Regimento Interno, e promoverá o remanejamento do pessoal excedente, por intermédio da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República - SEDAP/PR, em 90 (noventa) dias, contados da data de vigência deste Decreto.

Art. 13 - No prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de vigência deste Decreto, o IBC proporá ao Ministro da Indústria e do Comércio as medidas necessárias à criação dos mecanismos apropriados para regulamentar a formação dos estoques reguladores do café.

Art. 14 - Sem prejuízo do disposto nos artigos anteriores, a formulação geral da economia cafeeira, relativa à produção, ao plano de comercialização da safra, à sustentação de preços, à regulamentação de estocagem e do escoamento, ao fluxo de exportação e aos níveis de registro de declarações de vendas ao exterior, continuará sujeita à legislação vigente, mas será objeto de assessoramento pelo Conselho Nacional de Política Cafeeira - CNPC, salvo quanto a providências urgentes de defesa do mercado.

Parágrafo único. As providências urgentes, de que trata este artigo, serão, depois de cumpridas suas finalida-

des, comunicadas ao CNPC, para análise e registro.

Art. 15 - Ficam extintos 4 (quatro) Escritórios no Exterior, 2 (duas) Representações no Exterior, 3 (três) Agências Regionais, 10 (dez) Agências Locais e 135 (cento e trinta e cinco) Serviços Locais de Assistência à Cafeicultura.

Art. 16 - No prazo de 60 (sessenta) dias, contado da publicação deste Decreto, o Presidente do IBC submeterá ao exame e aprovação do Ministro da Indústria e do Comércio, o Regimento Interno, contendo o detalhamento da estrutura básica, as competências dos órgãos e unidades e as atribuições de seus dirigentes.

Art. 17 - O IBC deverá concentrar toda a sua administração central em Brasília, no prazo que trata o artigo 13.

Art. 18 - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta dos recursos orçamentários do Ministério da Indústria e do Comércio e do IBC.

Art. 19 - Esse Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 20 - Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney - Presidente da República.

José Hugo Castelo Branco.

DECRETO Nº 2.440 (DE 3 DE JUNHO DE 1988)
Dispõe sobre aplicação das disponibilidades financeiras do Fundo
de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º - É acrescido o seguinte parágrafo ao artigo 6º do Decreto Lei nº 2.295 (1), de 21 de novembro de 1986:

Art. 6º
Parágrafo único. As disponibilidades financeiras do Fundo poderão ser aplicadas em títulos do Tesouro Nacional, por intermédio do Banco Central."

Parágrafo único. As disponibilidades financeiras do Fundo poderão ser aplicadas em títulos do Tesouro Nacional, por intermédio do Banco Central."

Art. 2º - Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney - Presidente da República.

José Hugo Castelo Branco.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Decreto nº 676, de 3 de novembro de 1992

Dispõe sobre a vinculação do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira -
FUNCAFÉ ao Ministério da Fazenda

=O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 20 e 25 da medida Provisória nº 309, de 16 de outubro de 1992.

DECRETA:

Art. 1º - Fica vinculado ao Ministério da Fazenda o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ, de que trata o art. 6º do Decreto-lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986.

Art. 2º - O Ministro de Estado da Fazenda adotará as medidas necessárias ao cumprimento dos objetivos do FUNCAFÉ.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 03 de novembro de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

ITAMAR FRANCO
Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho

PORTARIA Nº 194, DE 28 DE ABRIL DE 1993

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, INTERINO, com fundamento nos arts. 1º e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, resolve:

Art. 1º - Fica delegada à Unidade Gestora nº 170.250 - Secretaria de Política Econômica competência para gerir o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ, de que trata o art. 6º do Decreto-lei nº. 2.295, de 21 de novembro de 1986.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Fica revogada a Portaria nº 733, de 30 de novembro de 1992.

WANDO PEREIRA BORGES

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência registra com satisfação a presença da Vereadora de Maringá Serafina Carrilho.

De imediato daremos prosseguimento aos trabalhos do Simposio da Cafeicultura concedendo a palavra ao Presidente do Conselho Nacional do Café, Dr. Manoel Vicente Bertoni.

O SR. MANOEL BERTONI - Boa tarde, Senhores. Sr. Deputado Orlando Pessuti, Deputado Dirceu Manfrinato. Parabéns do Conselho Nacional do Café pela iniciativa da preparação do projeto Ouro Verde com o qual nos solidarizamos.

Senhores, a cafeicultura brasileira é uma cafeicultura substancialmente diferente da dos demais países produtores. Na realidade, temos que alertá-los que não temos uma cafeicultura, mas sim várias cafeiculturas neste País. A cafeicultura paranaense é substancialmente diferente da cafeicultura do Sul de Minas que, por sua vez, difere da cafeicultura do Cerrado Mineiro, que também é muito diferente da cafeicultura da Zona da Mata, que também é substancialmente diferente da cafeicultura do Estado do Espírito Santo e todas absolutamente diferentes da cafeicultura que o Florindo apresentou aqui hoje, que é a cafeicultura que deve sobreviver e que deve tornar o Brasil novamente grande produtor de café.

Me assusta um pouco quando fazemos determinadas análises sem buscar o início da crise que atravessamos, a causa da crise.

É profundamente necessário e útil que o Brasil pratique marketing adequado além de soluções de caráter interno e que é muito importante que se aumenta a produtividade, que se melhore a qualidade do café brasileiro, que se produza mais por área, enfim, tenhamos condições de produzir a preços mais baixos para podermos competir no mercado internacional. É muito importante que através de marketing adequado se consiga realmente penetrar principalmente naquele fabuloso mercado da China e manter e conquistar mais mercado na ex-União Soviética, onde, como já mencionei, estamos perdendo um pouco daquilo que havíamos conquistado. E o solúvel, pelas suas características, pode exercer um papel muito importante como também, obviamente, outros segmentos. É só uma questão de criatividade, de atingir as universidades chinesas e através dos meios de comunicação desses países tentar algum acesso ao grande público e estabelecer locais para degustação de café, estabelecer talvez prêmios como já se fez no passado, para a conquista do mercado japonês, que não foi fácil conquistar o mercado japonês. Foi um trabalho importante onde, inclusive, quando se vendia uma saca se dava duas para o importador, para com um preço baixo pudesse ser incentivado o consumo e hoje o Japão é um razoável consumidor de café e consumo em ascensão. Inclusive através do café líquido como mencionei.

Aqui foi lembrado pelo Secretário Osmar Dias um instrumento que eu considero muito importante, que é o de tentar com a China um entendimento comercial, que ainda é um país da economia centralizada. Então talvez o país absorvendo alguns produtos de interesse do governo chinês, possam junto conosco, desenvolver um programa de aumento de consumo do café naquele monumental mercado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Oswaldo Trevisan) - Ouvimos a palavra do Sr. Leo de Almeida Neves representando as Companhias de Café Solúvel.

Queremos anunciar ao Plenário que dentro de instantes estará entre nós o Exmo. Sr. Ministro da Indústria e Comércio, José Eduardo de Andrade Vieira.

Mas, antes do Ministro, temos ainda mais quatro oradores inscritos e que, imaginando que cada um gaste em torno de 10 minutos, serão quarenta minutos para a palestra final.

Chamo agora o Sr. Evaldo, Diretor-Secretário da ABIC.

O SR. EVALDO - Deputado Orlando Pessuti, digníssimo Presidente desta Casa, demais componentes da Mesa, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores.

Em nome da Associação Brasileira da Indústria do Café e Sindicato da Indústria do Café do Estado do Paraná, eu gostaria de cumprimentar a presidência desta Casa pela realização deste Simpósio oportunamente convocado, assim como também, um especial cumprimento ao Deputado Dirceu Manfrinato pelo Projeto Ouro Verde que julgamos da mais alta necessidade neste momento.

Eu tomarei alguns instantes dos Srs. para falar do consumo interno do café brasileiro.

“Como um dos sustentáculos a causa da crise que nós atravessamos. Procurando ser bastante breve, eu gostaria de dizer a todos vocês que, ao contrário do que todos certamente pensam, a nossa crise não começou em 89, com o fim do acordo internacional do café e nem em 1990 com a extinção do Instituto Brasileiro do Café, evidentemente esses fatores foram preponderantes para uma série de dificuldades que hoje atravessamos, mas não são a causa da nossa crise. O início da nossa crise se deu com a expansão mundial do café, desta crise, se deu com a expansão mundial da produção do café após 1985 gerado pelos preços altos do produto, preços não tão absurdos como os de 1986, mas preços da ordem de cem e cento e vinte dólares, que foram gerando e consolidando um novo patamar produtivo, em todos os países nossos concorrentes, ali se localiza o início de nossa crise. Em 1987 quando o Brasil firmou o último internacional com cláusulas econômicas ou renovou aquele acordo que vinha vigorando, quando produziu os 43 milhões de sacas e concordamos em vender 18 milhões de sacas para um consumo interno de nove milhões de sacas, também assumimos um compromisso internacional de estocarmos daquele ano, da safra daquele ano, dez milhões de sacas. Assumimos também o compromisso internacional de trazer a produção brasileira do café para os patamares abordados em 1987, ou seja, a partir de 1987 o Instituto Brasileiro do Café passou a desenvolver uma política de contenção do parque cafeeiro nacional, através do preço de garantia que deflacionado no momento do pagamento proporcionou ao produtor brasileiro preços na ordem de 35 a 45 dólares por saco, preços nenhum pouquinho melhor do que o que estamos recebendo hoje. Evidentemente os preços internacionais nesse período se mantiveram, e deles se satisfizeram todos os nossos concorrentes.

Ali, concordamos em consolidar a cafeicultura dos nossos concorrentes e reduzir a nossa cafeicultura, a cafeicultura de todos àqueles aos quais o Deputado Dirceu Manfrinato pretende, com seu Projeto proteger e fazer retornar ao trabalho.

Faço questão absoluta de colocar isso porque entendo que não se resolve um problema cuidando dos seus sintomas, o que resolve o problema da cafeicultura é cuidar de suas causas, e suas causas estão no excesso da produção mundial de café gerados por preços excessivamente altos no passado, preços que satisfizeram a todos, inclusive nós produtores brasileiros, excetuando-se esse período de 1987 quando não pudemos usufruir da remuneração que o mercado internacional nos proporcionava, dado que o confisco cambial se tornava necessário para que pudéssemos comprar esse excedente que produzimos e que demonstra que a cafeicultura brasileira é a mais forte e competitiva desse planeta. Agora, a partir de 1989 com o fim do acordo e a partir de 1990 com o fim do Instituto Brasileiro do Café o produtor brasileiro que sobreviveu pode ser classificado como verdadeiro herói, porque sobreviveu lutando não só contra uma falta de política, mas lutando também contra uma crise política, institucional e econômica que esse país iniciou naquela oportunidade e que atravessa até hoje.

O produtor brasileiro do café, ao contrário de seus concorrentes, que foram fortemente subsidiados não teve acesso aos seus recursos institucionais que todos se lembram que o FUNCAFÉ só começou a ser alocada a produção brasileira a partir de 1991. Bem depois do início de nossa crise. O produtor brasileiro de café foi punido com os juros mais altos do mercado financeiro internacional. O produtor brasileiro de café não tem o menor apoio de qualquer órgão governamental. Daí eu dizer que este produtor é, sem dúvida nenhuma, um herói.

O café é um produto bastante peculiar. Por quê? É inelástico na sua demanda, ou seja, preços baixos não fazem aumentar muito o consumo. Por outro lado, é ele também um produto atípico no que se refere à sua produção. Pequenos aumentos de preços fazem com que a sua produção seja explosiva e o Brasil, vocês podem ter certeza, é um país que tem produção de café explosiva: a preços de cem dólares a recuperação do parque cafeeiro brasileiro e desta cafeicultura que o Florindo demonstrou aí, vocês podem crer, é absolutamente explosiva.

O café apresenta também uma forte resistência à diminuição por baixos preços, por ser o café um produto que implica em altos investimentos e por ser uma cultura perene, cujos investimentos são a fonte da decisão de se arrancar ou produzir mais.

Estas peculiaridades fazem com que tenhamos que ter absoluto cuidado ao se tratar das questões cafeeiras.

A questão dos estoques de café é absolutamente sensível. O Conselho Nacional do Café entregou ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo um documento bastante amplo sobre o assunto. E eu peço, neste instante, ao Deputado Manfrinato que cuidemos de observar juntos esta questão. A colocação dos estoques do Governo em momentos indevidos é absolutamente danosa e prejudicial ao produtor, mesmo que seja feita para se conquistar mercado. Decisões desse nível só podem ser tomadas se o produtor de café tiver os seus interesses absolutamente resguardados. Resguardados como? Com preços e garantias. Preços e garantias que vigoram como? Que vigoram com reestabelecimento de uma estrutura com a qual o produtor brasileiro de café já se acostumou a não mais conviver porque geravam enormes problemas para o mercado internacional, para o mercado brasileiro, geravam problemas para todos os setores na economia cafeeira.

Portanto, a ressurreição de órgãos parecidos com o Instituto Brasileiro do Café não é por nós recomendada, embora não se descarte um estudo e um estabelecimento de políticas orientadas pelo Governo em consonância com setores da iniciativa privada.

A competitividade do café brasileiro é uma das mais altas do mundo. Dispomos da melhor tecnologia de pesquisa, dos custos, indiscutivelmente, mais baixos do mundo, de variedades infinitas de qualidades, de uma infraestrutura viária, portuária fantástica e que, principalmente, não dependem do café. Dispomos do segundo maior mercado consumidor do mundo, que eu diria talvez seja o maior patrimônio que a cafeicultura brasileira dispõe. Segundo, se considerarmos a Alemanha individualmente; terceiro, se considerarmos a Alemanha unificada depois da queda do Muro de Berlim.

Dispomos do sistema exprotador mais ágil e dinâmico do mundo. A indústria de café solúvel brasileiro é absolutamente apta e competitiva a agredir mercados não tradicionais, como bem frisou nosso companheiro Léo.

A torrefação brasileira de café controla e investe neste que eu chamei ser o segundo mercado maior do mundo. É indústria competitiva que vem se recuperando e que vem fazendo um trabalho excepcional do aumento do consumo e na melhoria de qualidade do café apresentado ao consumidor brasileiro.

O sistema cooperativista brasileiro é um dos sistemas mais modernos e desenvolvidos do mundo. Tanto que o nosso maior concorrente, a Colômbia, tem, anualmente, remetido delegações ao nosso país para conosco aprender e desenvolver sistema parecido naquele país que tão bem sabe controlar sua política cafeeira.

De forma que a cafeicultura brasileira apresenta todo potencial para uma grande competitividade. Eu diria a vocês que o que precisamos efetivamente é de um pouco de estabilidade.

As recomendações do CNC ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo no que se refere a política cafeeira, tem se concentrado basicamente no diagnóstico do parque cafeeiro, no levantamento dos estoques públicos e na formulação de uma política para comercialização desses estoques públicos.

Eu tenho tanto medo de vender café do governo, quanto de deixar os estoques governamentais sem uma política definida de comercialização, consideramos imprescindível que discutamos, entre todos os setores envolvidos, uma forma de comercializar esses estoques sem que se cause ônus ao produtor de café, porque sabemos que não é interesse mais de nenhum setor prejudicar o produtor brasileiro.

Podemos evidentemente utilizar esses estoques na busca de novos mercados, se dotarmos o produtor das defesas convenientes a situação que é ainda de grande acesso de produto no mercado internacional.

Entendemos que a política cafeeira deve ser conduzida basicamente pela iniciativa privada e devemos buscar os mecanismos institucionais e legais para dotar essa política da flexibilidade, da agilidade necessária, evidentemente não descartamos a ação normativa do governo que deve dotar de regras estáveis essa administração da política cafeeira.

A atuação dos governos estaduais tem sido, evidentemente, muito positiva, o Governador Requião aqui no Estado do Paraná, o Governador Fleury, o Deputado Munhoz Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, o Governador Hélio Garcia e o Secretário Alysson Paulineli, assim como o Secretário no Espírito Santo, têm desenvolvido políticas em consonância com os órgãos da iniciativa privada, ou seja, Comitê Brasileiro do Café, do qual faz parte o CNC.

Entendemos, nós do CNC que a solução do problema da cafeicultura passa pelo ajuste na produção dos quais infelizmente temos sido o único a contribuir efetivamente e principalmente pelo desenvolvimento do mercado consumidor brasileiro e de mercados consumidores não tradicionais, uma vez que consideramos que os mercados consumidores tradicionais em recessão como se encontram também são de difícil desenvolvimento.

O CNC não descarta a adoção de políticas coordenadas com outros países produtores, mas anotamos que somos absolutamente contrários a política de restrição de oferta como formas cartelizadoras e como cartéis de produtores.

Nossas reuniões, com nossos parceiros comerciais como Colômbia e Costa do Marfim têm sido no sentido de buscarmos uma política comercial coordenada, não de uma política comercial que restrinja a oferta sem antes restringir e ordenar a produção mundial do café.

De nada nos adiantará restringir a oferta sem restringirmos a produção, porque estaremos reincidindo no ciclo vicioso que gerou estes 17 milhões de sacos que são hoje a grande cruz que carrega a cafeicultura brasileira e mundial.

Entendemos que, vou ser um pouquinho duro, o que de melhor se falou aqui hoje foi a brilhante palestra que o companheiro Florindo apresentou, porque entendemos ser essa nossa solução, a cafeicultura que o companheiro Florindo apresentou a todos vocês é a cafeicultura dos novos tempos da economia cafeeira mundial, não podemos e não devemos fazer café e fazer política cafeeira pensando que os preços médios vão se situar em torno de cem dólares, eles não mais se situarão nesse nível, a não ser que um forte controle da produção seja efetuado.

O futuro do Brasil, da cafeicultura brasileira se encontra em lavouras de altíssima produtividade por hectare de qualidade evidentemente superior a que apresentamos na média, lavouras que têm custos indiscutivelmente inferiores a 50 dólares por saco. Esta é a verdadeira solução.

O Conselho Nacional do Café insiste em fazer alguns alertas ao Deputado Dirceu Manfrinato: Deputado, nós devemos ter o máximo cuidado ao se falar nos estoques governamentais. Sabemos que todos aqui estão, evidentemente, muito bem intencionados. Dezesete milhões de sacos representam todo um ano de exportação brasileira de café que podem abarrotar o mercado internacional se não forem suas vendas conduzidas com muito cuidado e em consonância com as necessidades de mercado. Fortes subsídios ao produtor, eu tenho absoluta convicção, de que nem mesmo o produtor deseja. O produtor não deseja o retorno de políticas intervencionistas que possam trazer prejuízos de longo prazo. O produtor quer isto sim soluções de longo prazo, soluções que garantam uma estabilidade à cafeicultura brasileira, que lhe garantam recuperar a sua capacidade produtiva, recuperar a qualidade, recuperar toda a competitividade do café brasileiro no mercado internacional o que cremos será conseguido com relativa facilidade com a persistência dos caminhos que temos trilhado.

Temos muito receio de que políticas intervencionistas, tais como a recriação de órgãos governamentais voltados especialmente para a administração do setor nos tragam novamente a erros, a disfunções, para se utilizar um termo mais técnico, que esse sistema já gerou no passado, o produtor brasileiro do café entende que as nossas soluções devem ser buscadas num longo prazo, os preços devem se recuperar paulatinamente a partir de um ajuste na produção mundial.

Temos absoluta convicção de que a cafeicultura brasileira se sobreporá a todas as cafeiculturas de nossos concorrentes mundiais.

Muito obrigado."

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrada a participação do Dr. Manoel Vicente Fernandes Bertoni, do Conselho Nacional do Café, de imediato passaremos a palavra ao digníssimo representante da Cooperativa de Cotia, Sr. Jorge Iamakamy.

O SR. JORGE IAMAKAMY - Quero agradecer em nome da cooperativa a participação, a oportunidade de partici-

pação que o Deputado Dirceu Manfrinato nos deu aqui para falar sobre, e todas as autoridades aqui presentes também gostaria de agradecer, e também de agradecer em nome da cooperativa o trabalho que estamos fazendo juntamente com todas as entidades, que estamos juntos nesta batalha com todas as cooperativas também.

O que eu vou falar aqui é a respeito do sistema adensado, seu custo de produção, se é economicamente viável ou não, nos preços atuais hoje de 45 dólares a saca beneficiada.

Fazendo um breve relato, o sistema de plantio da década de 1960 era o espaçamento de 4 por 3, três plantas por cova, então é de uma densidade de 833 covas por hectare. E esta produtividade média chegava a 10 sacas beneficiadas por hectare. O custo de produção em dólares por hectare seria de 504 dólares. Isto se dividirmos por 45 dólares a saca vai dar o custo, não, se dividirmos por 10 sacas beneficiadas vai dar um custo por saca de 50,43 dólares.

Então, atualmente não é rentável esse sistema. No espaçamento de 4 por 2 que entrou na década de 70, com duas plantas por cova, dando uma densidade de 1.250 covas por hectare, a produtividade chega a alcançar a 20 sacas beneficiadas se fizer com todos os manejos adequados. Isto, este custo chega a 1.132 dólares por hectare. Dividindo este custo por 20 sacas beneficiadas, dá um custo de 56,60 dólares por saca beneficiada. Também não dá para entrar neste sistema, atualmente.

Hoje, também, o Estado de Minas Gerais e Paraná estão fazendo muitos plantios, de 4,0 x 1,5m. Com duas mudas por cova, dando a densidade de 1666 covas por hectare. E esta densidade chega a produzir, no máximo, até 30 sacas beneficiadas por hectare. O custo de produção deste sistema chega a 1553 dólares por saca, por hectare. Dividindo por 30 sacas beneficiadas, vai dar o custo, por saca de 51,79 sacas beneficiadas. Também não se consegue fazer uma cafeicultura com estes preços atuais.

Vamos entrar no sistema plantio de 2,5 por 1,5, duas plantas por cova. Esta densidade de 2.666 covas por hectare, com uma produtividade média de 50 sacas beneficiadas por hectare, com produtor já certificado com esta produtividade, chega a um custo de produção de 1875 dólares. Dividindo este custo de produção por 50 sacas beneficiadas, vai dar em torno de 35 dólares por saca beneficiada. Isso ainda já se compensa a plantar, porque hoje estamos vivendo com um custo de 45 dólares.

Mas, podemos avançar muito mais, ainda. Temos o plantio super adensado: 1,20 x 1,0, uma planta por cova, dando uma densidade de 8.333 plantas/ha. Nesta densidade, neste espaçamento, nós conseguimos obter produtividade de 110 sacas beneficiadas em três colheitas. Isso seria um custo médio de 1.875 dólares por hectare. Isso, dividindo, por 110 sacas, dá um custo por saca, em torno de 17 dólares por saca, comerciais. Portanto, senhores, eu creio que este é o caminho pelo qual o Osmar Dias, o Florindo Dalberto, o Bertoni, estavam falando.

Vamos fazer em torno, já estipulado, já feito, como o Sr. Rafers (sic) está fazendo lá em Ribeirão Claro, onde nós tomamos o exemplo dele.

(Lê):

O MERCADO INTERNO DO CAFÉ

Como um dos sustentáculos de nossa política econômica, o café apresenta segmentos da mais alta importância para o contexto da nação.

Oferece na área agrícola o maior mercado de mão-de-obra rural do país. O setor de torrefação e moagem é responsável pelo abastecimento do segundo mercado consumidor do mundo. O Brasil é o maior produtor de café do mundo e tem sido tradicionalmente o maior país exportador.

Todos os segmentos da esfera cafeeira, em conjunto, englobam uma importante comunidade empresarial, responsável por uma mercadoria nobre, a ponto de ser o principal produto nacional com que o país exerce liderança efetiva a nível mundial.

Historicamente o binômio produção-exportação tem predominado na formulação da política cafeeira. Por isso, de longa data já nos habituamos a encarar o café como uma fonte de receita do nosso mercado de divisas, de tal forma que, tacitamente, somos induzidos a considerá-lo apenas como elemento de contabilidade externa, deixando de perceber que na verdade, antes e acima de tudo, o café é uma bebida e está presente todos os dias na mesa dos brasileiros.

É muito importante, pois, que voltemos nossa atenção para o consumo interno, não apenas pelo volume físico de grãos envolvidos mas, principalmente, pela sua importância como suporte que é dos demais segmentos da cafeicultura. Como é sabido só consumimos o café que aqui produzimos. Em outras palavras, o mercado interno é um mercado cativo que absorve cerca de 1/3 de toda a nossa produção.

O mercado interno brasileiro apresenta um consumo real em torno de 10 milhões de sacas/ano, cujo perfil se caracteriza por cerca de 7 milhões de sacas/ano comprovadas por elementos estatísticos fornecidos pelas indústrias e levantados pela ABIC, mais o volume de consumo de café solúvel (10% a 12%), a economia informal e o consumo a nível de propriedade rurais produtoras (cerca de 300.000).

O PERFIL DA INDÚSTRIA

Dados históricos:

Ao abordar o panorama atual dessa indústria que movimenta tão expressivo negócio, não podemos deixar de reconhecer que ela apresenta seqüelas marcantes de longo período vivido atrelado à política protecionista do governo, com o monopólio estatal de fornecimento da matéria-prima e preço subsidiado ao consumidor no período de 1959 e 1971 e intervenções constantes de 1972 a 1984, culminando com a extinção completa de subsídios ao consumidor apenas a partir de 1985, sujeitando-se porém a indústria ao sistema de tabelamento unilateral do preço final até o mês de julho de 1991.

Portanto, a constante ingerência do governo no setor durante 32 anos, até julho de 1991, além do crescimento de

sordenado do parque industrial, trouxe como causa principal a falta de rentabilidade necessária à capitalização das empresas, inibindo a pesquisa, o planejamento, a renovação do parque fabril ou aquisição de tecnologia mais avançada. Acrescente-se ainda, que o preço artificial determinado através da intervenção do governo - via fornecimento de café dos seus estoques subsídios ao consumidor, congelamentos e tabelamentos de preços - criou o falso conceito de café muito barato ao consumidor e de que todos os cafés são iguais.

Quadro tecnológico:

Considerando as enormes necessidades de investimentos que o setor exige, pode-se afirmar que a indústria de café vem apresentando estagnação no seu desenvolvimento. Estimados em 5% da receita operacional, os investimentos, nos últimos anos têm sido insuficientes, destinando-se exclusivamente à renovação de pequena parcela de um parque fabril com elevada idade média de uso, pouco ou nada sendo aplicado em pesquisa e desenvolvimento. Segundo pesquisa realizada pela TARGET em Novembro/1988, os equipamentos da indústria apresentavam, na época, em média a seguinte idade:

- Torradouros: 9,6 anos de uso
- Moinhos: 7,1 anos de uso
- Empacotadoras: 6,2 anos de uso

A indústria pouco tem desenvolvido a sua tecnologia, limitando-se, em anos recentes, à utilização, na área de torração, de equipamentos com processo mais rápido de torra, e no setor de moagem o emprego de moinhos de rolo que trabalham a baixa temperatura.

Por outro lado, a indústria nacional não participa no mercado externo, já que atualmente são nulas ou pouco significativas as exportações de café sob a forma de torrado e/ou moído, limitando-se ao esforço isolado de muito poucas empresas, ainda de forma incipiente.

Registra-se, porém, disputa acirrada entre as torrefadoras no mercado interno, na busca de uma fatia deste mercado, sob forte pressão das redes varejistas, principalmente supermercadistas que, respondendo por cerca de 70% do abastecimento, impõem suas condições sobre um setor industrial pulverizado em mais de 1.300 empresas, que não tem o mesmo poder de coesão.

Observa-se, também, que o consumo "per capita" vem caindo. Para um consumo de 4,8 Kg por pessoa/ano em 1965, estima-se hoje o consumo em apenas 2,8 Kg por pessoa/ano.

CONJUNTURA ATUAL DO MERCADO INTERNO DE CAFÉ

Diante das circunstâncias e do modelo intervencionista do governo aplicado nas últimas três décadas, podemos levantar o seguinte quadro:

Mercado de café:

- apresenta-se estagnado, sem crescimento, sequer vegetativo.

Consumo "per capita":

- decrescente.

Situação na indústria:

- Parque fabril sucateado e tecnologicamente desatualizado.
- Gestão mercadológica e administrativa em moldes ultrapassados e resistente à modernização gerencial.
- Gestão comercial imediatista, gerando concorrência predatória.
- Gestão financeira com baixa rentabilidade, descapitalizando as empresas.

Situação na lavoura:

- baixa produtividade por hectare, gerando elevados custos de produção.
- desinteresse no replantio e trato da lavoura.
- produção de café de baixa qualidade.

Situação no consumo:

- descrença no produto oferecido.
- conceito de que "café é tudo igual".
- falta de opções quanto à qualidade.
- falta de ações de "marketing" da indústria.

Situação no mercado:

- investimentos maciços em "marketing" pelas bebidas alternativas ao café (achocolatados, refrigerantes, sucos, etc.)

ESTRATÉGIAS PARA SOLUÇÃO

Diante deste quadro crítico, repensar o café no Brasil é imprescindível para que se possa ajustá-lo às novas realidades de produção e consumo, externa e internamente.

Neste sentido, a ABIC tem trabalhado, no âmbito de suas prerrogativas, visando conscientizar as autoridades e demais segmentos envolvidos para uma revisão total da política do café para o consumo interno.

Para conduzir o setor à retomada do desenvolvimento, urge formular uma política consentânea com a necessidade de implantar bases sólidas na construção de um mercado dinâmico e crescente, alicerçado em uma indústria economi-

camente sadia e atualizada do ponto de vista tecnológico.

Mister se faz, portanto, que se fixem as seguintes premissas:

A Nível de Governo

Manutenção da livre economia de mercado, permitindo à iniciativa privada a reconquista do terreno perdido, ampliando o consumo e possibilitando levar à mesa do consumidor várias opções de produto e de preço.

A Nível dos demais segmentos

Conscientização de todos os segmentos envolvidos na economia cafeeira para a importância do mercado de consumo interno, tanto como suporte para a política de exportação quanto como canal privilegiado de escoamento da produção.

Melhoria do parque cafeeiro e do preparo dos grãos assegurando ao consumidor brasileiro um produto de melhor qualidade.

A Nível da Indústria

Implantação de uma nova mentalidade empresarial, através da introdução de modernas técnicas de gestão empresarial voltadas à remuneração do capital investido, ao conceito de qualidade, produtividade, ética comercial e pesquisa de novos mercados.

AÇÕES DA ABIC

Alguns passos decisivos já foram dados na direção de transformar esta conjuntura adversa.

Procurando reverter a imagem negativa da indústria e reestabelecer a credibilidade do produto junto ao consumidor, a ABIC lançou e vem mantendo desde 1989, o Programa de Auto-Fiscalização, através do qual o "Selo de Pureza ABIC" é concedido às marcas que, coletadas nos pontos de venda e analisadas em laboratório oficial, têm seu grau de pureza confirmado.

Ao todo, o consumidor brasileiro possui 938 marcas de café realmente garantidas, que correspondem à produção de 5,8 milhões de sacas/ano, ou seja, 80% do consumo interno nacional contabilizado pelas empresas torrefadoras.

Restabelecida a credibilidade do café, deseja-se implantar um Programa de Aumento de Consumo, através de ampla campanha enfatizando o conceito de qualidade e valorizando o produto café, mediante a abordagem dos seguintes temas principais:

1. Conscientização do consumidor e dos canais de comercialização sobre as diferentes variedades de café, sabores e aromas.
2. Esclarecimento sobre as diferenças de qualidade existentes entre as marcas comercializadas, que se traduzem em preços diferenciados.
3. Estímulo à diversificação de produtos de café junto ao consumidor.
4. Adequação da indústria à produção de "blends" e produtos diferenciados ao gosto daquilo que anseia o mercado consumidor.
5. Exaltação dos atributos do café, nos vários estratos sociais e nas diferentes faixas etárias.
6. Sustentação de campanhas institucionais através dos meios de comunicação.
7. Promoção de seminários, encontros, palestras e eventos destinados aos segmentos ligados ao setor.
8. Envolvimento dos vários segmentos do setor num trabalho conjunto pela modernização de suas atividades (PBQP - Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade). A propósito deste item, encontra-se em fase final o estudo do sistema agroindustrial do café, que está sendo realizado pelo PENSA-Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial, da Fundação Instituto de Administração da USP, visando uma radiografia da cadeia café que permita identificar tendências e diretrizes, com o propósito de orientar ações e estratégias em benefício do sistema.

FINALIZANDO

A ampliação do consumo não será, certamente, uma tarefa exclusiva da indústria - tampouco será ela a única beneficiada.

O Programa de Aumento de Consumo projetado pela ABIC, de 20%, nos próximos 2 anos, significa, tanto no aspecto social quanto no econômico-financeiro, um forte impulso a todas as atividades vinculadas ao setor cafeeiro, e única forma de darmos ao segundo maior mercado consumidor de café do mundo a dimensão e o tratamento que ele deve e merece ter.

VARIEDADE: CATUAÍ VERMELHO
ESPAÇO: 1,2 X 1,0M - 8333 PLANTAS/HA

1

ANO DE PRODUÇÃO	PROPRIETÁRIO SR. WAFERS	PRODUTIVIDADE EM SC. BENEF./MA
2,5 ANO	5,0 LITROS/PLANTA	90 SC BENEF.
3,5 ANO	10,0 LITROS/PLANTA	160 SC. BENEF.
4,5 ANO	5,0 LITROS/PLANTA	90 SC. BENEF.
TOTAL	20 LITROS/PLANTA	340 SC. BENEF.

2 - DESPESAS EM 1 HA

IMPLANTAÇÃO	- US\$ 1583,00	
1º ANO	- US\$ 953,00	
2º ANO	- US\$ 1380,00	
3º ANO	- US\$ 1875,00	
4º ANO	- US\$ 1523,00	
	US\$ 7314,00	: 4 ANOS - US\$ 1828,5

3 - CÁLCULO ECONÔMICO

RECEITA 340 X US\$ 45,00/SC. BENEFICIADA = US\$ 15.200

O SR. JORGE IAMAKAMY - de 15.300 dólares. Esses 15.300 dólares divididos em quatro anos, vai dar uma receita líquida por ano de 3.825 dólares por ano, esses 3.825 dólares menos a despesa de 1828 dólares vai dar um lucro líquido por ano de 1996 dólares por ano. Portanto vocês estão vendo que hoje nesse sistema nós conseguimos obter um lucro nesses preços de aproximadamente dois mil dólares por hectare por ano. É uma cultura com os preços atuais, é uma das mais rentáveis eu creio hoje na proporção de grandes culturas. Além disso nós temos muito mais benefícios e alguns eu vou citar que é o maior retorno do capital investido. E esses retornos quando você aplica, você tem esse retorno muito mais rápido, porque em três colheitas você já tem um lucro líquido para você investir na outra etapa do plantio. Maior condição de fixação da mão-de-obra na propriedade, porque com esses preços atuais que você tem, e você tendo uma rentabilidade disso você vai conseguir sem dúvida nenhuma fixar a mão-de-obra com esses salários atuais. Maior conservação do solo, menor erosão, isso também porque as densidades das plantas são tão elevadas que a gota de chuva não consegue penetrar e não dá impacto da chuva no solo e com isso nunca vai causar degradação do solo. E também não permite mecanização e com isso dá maior estruturação do solo. Há maior aumento da fertilidade do solo através da matéria orgânica que é reciclada lá e é jogada lá e isso daí tem a maior atividade biológica porque as bactérias ali, presentes vão estar atuando numa condição mais favorável do que em outras condições.

Também nós temos a melhor qualidade como o Florindo já disse, porque nós vamos escolher no plano e é obrigado colher no plano e também nós vamos obter o melhor tipo, porque nesses três primeiros anos o café produz o melhor tipo e o melhor tipo e a melhor qualidade.

Então era isso que eu gostaria de falar para todos e agradeço a oportunidade. Muito obrigado.
(palmas)

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Encerrado a participação do Sr. Jorge Iamakamy da Cooperativa CO-TIA, passaremos de pronto às considerações do Exmo. Sr. André Domingos Parra, digníssimo Coordenador Estadual do Pró-Café.

O SR. ANDRÉ DOMINGOS PARRA - Deputado Orlando Pessuti - Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná; Sr. José Eduardo de Andrade Vieira - Ministro da Indústria e Comércio; Dr. Daniel Gonçalves Filho - Delegado Federal da Agricultura e Reforma Agrária no Paraná, nesse ato representando do Ministro da Agricultura Lázaro Barbosa; Senador Cândido Martins, Deputado Dirceu Manfrinato autor do Projeto; Deputado Federal Moacir Miqueletto e demais Deputados Estaduais, autoridades presentes, Srs. e Sras.

Inicialmente gostaríamos de deixar a disposição do Deputado Manfrinato uma relação dos técnicos que foram do IBC e que estão localizados nas regiões cafeeiras e hoje funcionários do Min. da Agricultura para que colaborem juntamente como propôs o Secretário Osmar Dias, junto com o pessoal do IAPAR, do ex-IBC e da Secretaria da Agricultura e EMATER NA ELABORAÇÃO DO PROJETO OURO VERDE.

(Lê)...

PARTICIPAÇÃO - PROJETO OURO VERDE

Com a Lei nº 1779, de 22 de dezembro de 1952, criou-se o Instituto Brasileiro do Café - IBC, para a realização da Política Cafeeira, e, para tanto adotou-se as seguintes diretrizes:

1 - Promoção de pesquisas e experimentações, no campo da agronomia e da tecnologia do café, com o fim de baratear o seu custo, aumentar a produção por cafeeiro e melhorar a qualidade do produto;

2 - Difusão das conclusões das pesquisas e experimentações úteis à economia cafeeira, inclusive mediante recomendações aos cafeicultores;

3 - Radicação do cafeeiro, nas zonas ecológicas e economicamente, mais prováveis à produção, e à obtenção das melhores qualidades, promovendo, inclusive, a recuperação das terras, que já produziram café e o estudo de variedades às mesmas adaptáveis;

4 - Despesa de um preço justo para o produtor. Condicionando, à concorrência da produção alienígena e dos artigos congêneres, bem assim a indispensável expansão do consumo;

5 - Aperfeiçoamento do comércio, e dos meios de distribuição ao consumo, inclusive transporte;

6 - Organização e intensificação da propaganda, objetivando o aumento do consumo, nos mercados interno e externo;

7 - Realização de pesquisas, e estudos econômicos, para perfeito conhecimento, dos mercados consumidores de café e de seus sucedâneos, objetivando, a regularidade das vendas, e a conquista de novos mercados;

8 - Fomento do cooperativismo, de produção, do crédito e da distribuição entre os cafeicultores.

Mas, com uma assinatura, e um ato impensado, sancionou-se a Lei nº 8029, de 12 de abril de 1990. Lei que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal e dá outras providências. Com essa Lei ficou extinto o IBC, mas não foram dadas as providências, com referência ao seu acervo, causando um vazio, e quebrando aquela ligação, que os cafeicultores tinham com os técnicos que lhes assistiam.

O patrimônio que foi conseguido, as custas do confisco cambial, encontra-se assim distribuído: os armazéns que têm estoques de café, estão com o Ministério da Fazenda. Os armazéns que estão vazios, estão com a CONAB, e alguns escritórios passaram para o Ministério da Agricultura, os quais estão sendo administrados em condomínios, com outros órgãos federais e também com órgãos ligados ao setor agropecuário, podendo citar como exemplos: Paranaguá, Cornélio Procópio, Londrina, Apucarana e Cianorte.

Mas, levou muito tempo, para que se definissem, os destinos destes órgãos extintos.

Com o buraco negro criado com a extinção do IBC, alguma coisa precisava ser feito. Foi aí então, que o Ministério da Agricultura, juntamente com a Confederação Nacional da Agricultura, firmaram o Convênio nº 623/91 de 31.12.91, através do qual criou-se o Programa Integrado de Apoio Tecnológico à Cafeicultura - PRÓ CAFÉ, constituído de um coordenador nacional que é o Dr. José Braz Matielo, ex-Diretor Nacional de Pesquisa do extinto IBC. Constituído ainda de um coordenador estadual, que no nosso Estado é este que vos fala, e mais coordenadores regionais, que no caso do Paraná, existem em Maringá e Londrina.

Vieram então, para o Ministério da Agricultura, 62 funcionários do extinto IBC, em 28 de janeiro de 1991, e juntamente com estes técnicos vieram 12 ou 13 veículos totalmente sucateados, com a promessa de serem totalmente reformados, com recursos do FUNCAFÉ para seu uso imediato, porém, até a presente data, não chegou, na Delegacia Federal de Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária do Paraná, nenhum centavo, para custeio de diárias, reforma de veículos, ou mesmo aquisição de mais alguns.

Vivemos num mundo em crise, num país em crise, e crise sob o nosso ponto de vista, é uma oportunidade de crescimento. Nossas instituições, quer públicas, quer privadas, passam por inúmeras dificuldades. O ensino está em crise, a pesquisa está em crise, a extensão rural está em crise. A crise não é só das instituições. A crise é decorrência da desestruturação do modelo de desenvolvimento que o país adotou e que hoje encontra-se obsoleto e superado.

As instituições públicas, são instrumentos do Estado, responsáveis pela implementação, das políticas e do modelo de desenvolvimento adotado pelo país.

Se o modelo entra em colapso, fatalmente, os órgãos implementadores desse modelo também entram.

Somos um país que a par de possuir um dos maiores potenciais de produção agrícola do mundo, não é capaz de produzir alimentos para matar a fome de sua própria gente. Um país em que produções anuais de grãos de 70 milhões de toneladas são consideradas super safra, quando dados da FAO, indicam que estabilidade de alimentação só existe, quando a produção é de 1 (uma) tonelada de grãos por habitante. Portanto, só teremos super safra, quando formos capazes de produzir acima de 150 milhões de toneladas de grãos por ano.

Todavia, como somos um país em crise, de nada adianta chorar em cima do leite derramado, temos isto sim, que usar da criatividade, e, dentro deste espírito, nós, do Ministério da Agricultura, sem nem um centavo sequer, estamos tentando viabilizar o PRÓ-CAFÉ fazendo com Prefeituras Municipais, ou com Sindicatos Rurais ou com Cooperativas, termos de cooperação técnica, nos quais colocamos os técnicos do ex-IBC, as expensas do Ministério da Agricultura, colocamos ainda, para uso os móveis e imóveis, hoje pertencente ao Ministério, e recebemos em contrapartida a manutenção e conservação dos veículos e dos próprios.

Desta forma, já firmamos alguns termos de cooperação técnica, como por exemplo: Cornélio Procópio com o Sindicato Rural daquela região; em Apucarana com a Sociedade Rural do Paraná; em Cianorte, firmamos uma cooperação técnica, na qual foram envolvidos no mesmo prédio: o Ministério da Agricultura, a Associação dos Cafeicultores, o Sindicato Rural e a Prefeitura Municipal, que lá instalou sua Secretaria Municipal de Agricultura. E assim, também com outros municípios, estamos tentando viabilizar a atuação desse importante e capacitado recurso humano que temos oriundo do ex-IBC.

Queremos, nesta oportunidade, destacar ainda, o apoio que o Governo do Estado do Paraná, através de sua Secretaria da Agricultura e Abastecimento, vem dando, com o seu programa de revitalização da cafeicultura, colocando à disposição dos cafeicultores tradicionais, um milhão de dólares a fundo perdido, para instalação de unidades demonstrativas de um hectare, aonde estão sendo implantados no sistema adensado 5 mil mudas por hectare. Com esse programa teremos em breve implantados 5 milhões de pés e mil pequenos proprietários servindo de exemplo a muitos outros produtores.

Este programa do Estado é constituído pelos seguintes órgãos: Ministério da Agricultura; Organização das Cooperativas do Paraná; Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural; Instituto Agrônomo do Paraná; e Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Em alguns municípios o Ministério da Agricultura tem neste programa, atuação destacada pela intervenção de seus técnicos como é o caso de Jandaia do Sul, principalmente.

As vezes me perguntam: por que continuo cultivando café? Enquanto alguns estão erradicando, estarei plantando ainda este mês mais quinze mil covas. Por que?

Pertencço a uma família, que tem oitenta anos de tradição na cultura do café, e também porque acredito na recuperação da cafeicultura, e no restabelecimento dos preços. Estou apostando na lei da oferta e procura, pois vejam:

As exportações mundiais, previstas para a safra 1992/93 são de 75,9 milhões de sacas, portanto 2,8% inferiores a safra anterior que foi de 78,1 milhões de sacas.

A produção é exportável (produção, menos o doméstico) é 71,9 milhões de sacas, 9% inferior a safra anterior, que foi de 78,7 milhões de sacas.

O estoque final, deverá decrescer 10%, ficando em 36,8 milhões de sacas, o mais baixo desde a safra 1986/87.

Este quadro, indica tendência de alta nos preços internacionais do café, que ainda não está ocorrendo, devido ao elevado estoque do produto nos países consumidores (16 à 19 milhões de sacas ou 3 à 4 meses de consumo).

Estimativa de produção - Brasil e Paraná safra 1992/93.

Paraná tinha 310 mil hectares com uma produção de 108 mil toneladas apresentando um rendimento médio de 348 Kg/ha que corresponde a 5,8 sacas beneficiadas de 60 Kg por hectare.

Brasil tinha 1.940.000 ha com uma produção de 1.128.450 toneladas e um rendimento de 582 Kg/ha que corresponde a 9,7 sacas beneficiadas de 60 Kg por hectare.

Safra 1993/94 - Previsão:

Paraná terá 280 mil hectares e uma produção entre 110 à 120 mil toneladas.

Brasil previsão de 1.500.600 toneladas.

A produção nacional, estimada pelo Ministério da Agricultura para safra de 1992/93, é de 18,8 milhões de sacas, 30% menor do que as 27 milhões de sacas, produzidas na safra anterior, devido ao abandono, e falta de tratos culturais de muitas lavouras em função de baixos preços internacionais e internos, os menores das duas últimas décadas.

O parque cafeeiro nacional está estimado em 2.952 bilhões de pés produtivos, dos quais 350 milhões no Estado do Paraná (11,8%). Em 1988 estes números eram de 4.120 bilhões e o Paraná tinha 490 milhões de pés.

A nível nacional, o parque cafeeiro estabilizou em 3,3 bilhões de pés no período de 1980/85, cresceu em um bilhão de pés até 1987/88, chegando ao auge de 4,3 bilhões de pés em 1988, e reduziu 1.340 bilhão de pés no período de 1989/92, chegando aos atuais 2.952 bilhões de pés produtivos. Cerca de 20% dos cafezais vem recebendo tratos culturais regulares e 5% em nível bom.

A safra paranaense esta estimada em 1,8 milhão de sacas (safra 1992/93), ficando menor do que as 2,0 milhões de sacas inicialmente previstas. A produtividade oscila em torno de 6 sacas beneficiadas por hectare.

Para safra 1993/94 a previsão é de 280 mil hectares e produção entre 1,8 a 2,0 milhões de sacas beneficiadas.

Disse certa vez o Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, que para resolver o problema da agricultura faltava vontade política, a nosso ver, aqui no Paraná, não está faltando esta vontade política, pelas demonstrações dadas pelas instituições, que a partir de hoje recebe o importante engajamento do Poder Legislativo Estadual, ao propor o Projeto Ouro Verde do Deputado Dirceu Manfrinato.

Disse ainda o Secretário da Agricultura de São Paulo, por ocasião da realização do Seminário de Extensão Rural, que foi realizado em Vitória no Espírito Santo nos dias 12, 13 e 14 de abril:

“O Brasil, é um país das uniformidades perniciosas”, vejam os exemplos:

“Todo mundo diz: precisamos reforçar os municípios, no entanto estes estão cada vez piores.”

“Todos falam que precisamos ajudar a agricultura, no entanto o agricultor e agricultura estão cada vez piores.”

Ao encerrar seu pronunciamento o Dr. Munhoz disse que só vamos resolver os problemas da agricultura e da pecuária, quando houver o engajamento real e efetivo dos prefeitos e vereadores nesta luta.

Eu também acredito, que nesta luta o Paraná sai na frente, pela demonstração dada hoje aqui, e pelo que conhecemos da maioria dos prefeitos e dos vereadores.

Para encerrar queremos dizer que, o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária no Paraná, está junto com todas as instituições envolvidas no progresso da agropecuária paranaense, e parabenizamos a Assembléia Legislativa por mais esta iniciativa e em especial ao Deputado Manfrinato pela feliz idéia de apresentar o Projeto Ouro Verde.

Obrigado.

ENGENHEIRO AGRÔNOMO ANDRÉ D. B. PARRA
COORDENADOR ESTADUAL DO PRÓ-CAFÉ
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrada a participação do Dr. André Parra, representando o Ministério da Agricultura, é com grande satisfação, em nome desta Presidência e em nome do Secretário Anibal Khury, o Secretário Manfrinato, que conosco compõem a Comissão Executiva da Assembléia, que registramos a presença entre nós do Ministro José Eduardo Andrade Vieira, da Indústria, Comércio e Turismo, a quem neste instante, com muita satisfação, concedemos a palavra para que faça a sua explanação a respeito da cafeicultura nacional e deste evento que estamos realizando na Assembléia Legislativa.

O SR. JOSÉ EDUARDO ANDRADE VIEIRA - Ilustríssimo Sr. Orlando Pessuti, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Ilustríssimo Deputado Anibal Khury, Secretário da Assembléia; Deputado Dirceu Manfrinato, Coordenador deste Seminário; Dr. Gilson Jimenez, Diretor do Departamento Nacional do Café; Senhor Celso Sloder, Secretário de Comércio do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo; Sr. Coronel Clóvis Orlando Ricco, representante de S. Exa., Sr. General de Divisão, Remy de Almeida Escalante, Comandante da 5ª Região Militar; Senhores Deputados, Senhores Vereadores, Senhores Empresários, cafeicultores, senhoras.

Como a cultura do café é uma atividade econômica que se ensera no contexto da economia como um todo, antes de abordar propriamente o tema café, eu vou me permitir tomar uns poucos minutos para tecer um breve comentário a respeito da economia em geral neste momento no nosso Brasil.

Desde que subi, pela primeira vez á tribuna do Senado Federal em janeiro de 1991, tendo a honra suprema de re-

presentar o povo de meu Estado, meu querido Paraná, eu tenho dito, e repetido, até a exaustão, que o problema da dívida pública interna brasileira não é seu tamanho, mas o perfil dela.

Neste último fim de semana, tive a felicidade de constatar que estava certo, ao ler nos jornais a notícia de que o Presidente do Banco Central, Paulo César Ximenez, informou ao Ministro da Fazenda, Eliseu Resende, ter conseguido reduzir em US\$ 2 bilhões a dívida pública de curto prazo. Esta quantia era devida em bônus do Banco Central com vencimento em 28 dias e esses bônus foram trocados por notas do Tesouro Nacional com prazos de 13, 14 e 15 meses.

Essa notícia pode não ter um impacto muito grande de imediato. Mas a verdade é que ela passa a se constituir num sinal a mais de não ser a crise econômica brasileira o bicho de sete cabeças temido por muitos economistas, alguns dos quais já passaram pelo Ministério da Fazenda e contribuíram para as distorções estruturais que aleijam nosso organismo produtivo. O alongamento do perfil da dívida interna é uma necessidade para a economia brasileira retomar o crescimento e poder enfrentar o problema do desemprego, que é o maior de todos os tempos, sem temer o espantinho da inflação.

Na tribuna do Senado e, depois, no comando do Ministério da Indústria, do Comércio e Turismo, que assumi a honroso convite do Presidente Itamar Franco, tenho combatido sistematicamente a idéia de que nessa frente de guerra. Ainda assim, insisto em ser otimista, até porque eu sei que é melhor um salário inflacionado do que salário nenhum.

Por isso mesmo, na revisão da Constituição, vamos precisar de muito empenho e de muita capacidade de negociação para fazer uma reforma tributária sem preconceitos nem pudores. Afinal de contas, o emprego no Brasil ainda custa muito caro, e nós precisamos torná-lo mais barato, para isso, vamos ter de refazer completamente a estrutura tributária das folhas de pagamento de nossas empresas. O desemprego é como aquela bomba moderna que só mata gente, sem demolir equipamentos e imóveis. Só vamos desarmar essa bomba se produzirmos mais e melhor, com mais qualidade e menos desperdício, mas também se o emprego custar mais barato para o empresário e ser mais remunerado para o trabalhador, como ocorre, hoje, nos chamados tigres asiáticos.

Outro vício estrutural que devemos enfrentar sem medo é a questão da centralização do planejamento, um vício que herdamos da ditadura militar e tecnocrática e que a democracia não conseguiu curar. Infelizmente, o uso do cachimbo entortou a boca da administração federal brasileira. E não conseguimos ainda perdão para o pecado original do planejamento centralizado. Na hora da revisão constitucional, todos nós, brasileiros e interessados no melhor para o nosso país, devemos ficar alertas para evitar que sejam armadas no texto definitivo da Constituição novas arapucas para a plena liberdade de empreender, uma vez que felizmente, a liberdade de expressão já está garantida em outros dispositivos.

Volto a me referir ao noticiário do fim de semana para dar um bom exemplo de como podemos, enfim, estar no rumo certo. Os jornais chegaram a publicar que a crise do governo federal nos últimos dias não afeto só é possível combater o incêndio da inflação com a água fria da recessão. Essa receita, que o FMI sempre tentou impor para os países do terceiro mundo, não é aplicada nos países ricos. E tanto isso é verdade que os americanos logo trataram de baixar as taxas de juros praticadas em seu mercado financeiro, justamente para combater a recessão, que os ameaçava lá.

Felizmente, essa idéia de ser possível combater a inflação sem recessão também parece estar tomando conta do Brasil. Pois a Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, um órgão insuspeito e muito competente, já anunciou que o crescimento industrial do primeiro semestre deverá se situar entre 7% e 9,5%.

No mesmo momento, o Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria divulgou a boa notícia de que em março passado as vendas industriais, em termos reais (ou seja, descontada a inflação) tiveram um "crescimento excepcional" de 23,58% em relação a fevereiro, com resultados positivos em todos os 11 Estados da Federação onde a pesquisa é feita. Nos primeiros quatro meses do ano, a indústria automobilística brasileira, setor que emprega muito e tem grande efeito indireto sobre outros setores, que também empregam, teve um desempenho 40% melhor do que a média obtida ao longo dos anos 80, num sinal claro de que o momento crítico da economia está mesmo passando.

Eu concordo que esses números ainda são muito tímidos para com eles se enfrentar uma crise grave como é a nossa no momento. Mas já não estamos mais tão submetidos como antes ao banho frio da recessão implacável. E somente com crescimento da produção poderemos combater o desemprego. E, combatendo o desemprego, enfrentar os graves problemas sociais brasileiros, a fome, a miséria e a violência. Por enquanto, os indicadores positivos da economia estão tendo poucos reflexos na mesa do trabalhador. Mas eles já são evidentes. Vou dar mais um exemplo e que no fim da semana passada, a Comissão de Valores Mobiliários, a CVM, um órgão também insuspeito, divulgou a informação e que o volume de investimentos estrangeiros, que foi de mais de 1 bilhão de dólares em abril, superou em 179% - pasmem, 179% - o volume aplicado por investidores estrangeiros no Brasil no mesmo mês no ano passado.

Se os críticos disserem que investimentos nas bolsas de valores não põem comida na mesa do sofrido trabalhador brasileiro, eu vou concordar. Mas, mais dia menos dia, terminam pondo. Pois esses investimentos são sinais de confiança e de credibilidade que, fatalmente, se transformarão em mais investimentos na produção que refletirão em melhores salários e condições de vida mais digna para a maioria dos trabalhadores brasileiros. Infelizmente, ainda é lenta a ultrapassagem dessa barreira, ou seja, devemos acelerar mais a boa influência da retomada do crescimento econômico nos efeitos sobre o nível de ocupação de mão-de-obra. Para isso, temos de enfrentar alguns obstáculos estruturais, todos eles passam pela revisão constitucional marcada para este ano. Um desses obstáculos, meus amigos, é a inflação.

É preciso reconhecer, com humildade, que, infelizmente, a grande notícia de um índice inflacionário mais baixo não vem ainda na companhia de todas as boas notícias que fiz questão de trazer para vocês, hoje. Eu sei que pouco adianta pagar um salário melhor para o trabalhador se a inflação corrói seu real poder de compra. E não temos vitória a comemorar praticamente em nada a economia. Ao contrário do que sempre ocorreu em casos semelhantes, as bolsas de valores tiveram movimentos estáveis, o dólar não disparou e o mercado de automóveis se manteve aquecido. O comércio exterior, que é um setor de minha pasta, da Indústria, do Comércio e do Turismo, também vai bem, vai muito bem, obri-

gado.

A melhor notícia que colhi nos jornais e nas revistas, contudo, foi a de que as maquininhas de remarcar preços dos supermercados não estão ativas como sempre estiveram e os reajustes devem ficar abaixo da inflação. Ao lado do Ministro da Fazenda, Eliseu Resende, participei pessoalmente, do esforço do governo de tentar quebrar esse círculo vicioso dos aumentos dos preços. E sinto que nosso grande esforço não está sendo vão. Não foram os técnicos do Ministério que me informaram, mas os jornais que pesquisaram e informaram a seus leitores que os preços dos produtos vendidos em supermercados estão subindo menos.

Ainda há muito a fazer. Não vou aqui agora tapar o sol com a peneira. Temos muito trabalho, uma tarefa árdua pela frente. Mas, como disse muito bem o agricultor Álido Brun, no emocionante programa "Gente que Faz", transmitido pela Globo no sábado passado, "a gente é o que a gente pensa".

Isso também quer dizer, meus caros amigos, que o Brasil será do tamanho que os brasileiros queiram que seja o País. Sair da crise só depende de nós. Os verdadeiros patriotas, aqueles que não se assustam com cara feia e sabem pensar grande, querem um país forte, com mais emprego, salários mais dignos e uma carga tributária menor e distribuída com mais justiça. É isso que perseguimos com nosso trabalho. É esta a tarefa que passo para vocês agora.

Então, essas notícias são extremamente auspiciosas e indicam que o plano de metas do Presidente Itamar, assumido agora pelo Ministro da Fazenda Eliseu Rezende, e que vem sendo praticado pela minha Pasta da Indústria, do Comércio e do Turismo, começam a apresentar os primeiros sinais de que, realmente, estamos caminhando na direção correta.

Como todos sabem, nem preciso me estender, sobre a situação em geral do País, dos Ministérios quando o Presidente Itamar assumiu o Governo, primeiro interinamente e depois do julgamento do Presidente Collor, no final do mês de dezembro.

O meu Ministério não existia, foi recriado, por ter sido extinto pelo Presidente Collor. E ao assumirmos o Ministério, em boa hora recém-criado, implantamos algumas inovações extremamente modernas como, por exemplo, a inclusão ao nível de Ministério do Turismo que sempre foi tratado no Brasil como algo sem muita importância e que no mundo inteiro é uma das atividades econômicas da mais alta relevância, não só por gerar um volume enorme de divisas, mas também pela geração de emprego direto (para cada cinco turistas que chegam numa cidade, é gerado um emprego direto), e também pela criação da Secretaria de Comércio porque nós sempre tivemos no Brasil a Secretaria da Indústria e nunca tivemos uma Secretaria especificamente dedicada, com as atribuições para coordenar as ações do comércio. São, então, inovações que colocam nosso Ministério, ao nível de Governo, entre os mais avançados do mundo.

O nosso Ministério não tinha nenhuma estrutura definida. Nós tivemos que buscar parte do pessoal na Fazenda e parte do pessoal na Agricultura, alocar funcionários do Banco do Brasil, do Ministério do Planejamento, do Ministério da Justiça.

No que diz respeito especificamente ao café, para não me alongar demais, vou falar sobre as dificuldades iniciais que nós tivemos.

O IBC tinha sido extinto, seu patrimônio parte destinado ao problema da agricultura, no que se referia aos armazéns vazios, as sedes do antigo IBC, outra parte tinha sido alocada para o Ministério da Fazenda, outra parte para o Ministério da Administração, hoje dirigido pela Ministra Erundina, e somente a partir da estruturação do Departamento Nacional do Café, cujo diretor é o Dr. Gilson Ximenes, é que nós teremos condições de buscar o fio dessa meada, a identificar aonde ou sobre a tutela de quem estavam esses armazéns, esses estoques de café, esse patrimônio do IBC enorme como todos sabem. Devemos até dia trinta de julho terminar uma auditoria que determinamos seja procedida nesses estoques e até dezembro a regularização do patrimônio imobiliário, ou seja, os armazéns e as sedes do IBC.

E infelizmente, não vamos conseguir trazer de volta para o DNC todo esse patrimônio, por que parte dos armazéns, assim como praticamente todas as sedes do IBC já tiveram destinações outras, algumas para o judiciário, outras cessão para cooperativas, algumas sedes do IBC foram destinadas até com o objetivo muito construtivo, que é escola e vários outros órgãos receberam esses patrimônio.

Então imaginamos que até meados do segundo semestre deste ano é que vamos realmente ter sob o controle do nosso Ministério toda estrutura patrimonial necessária para praticar uma boa gestão ou seja os estoques auditados, sabendo então exatamente da sua quantidade e da sua qualidade, e o patrimônio imobiliário que vai nos permitir administrar melhor esse patrimônio que representa cerca de 17 milhões de sacas de café que estão em estoque.

Então esse foi um problema inicial que ainda estamos enfrentando, mas já com prazos determinados para ter uma fotografia completa do que representa o café em poder do FUNCAFÉ ou em poder do Banco do Brasil ou do próprio Ministério da Fazenda.

Quando assumimos, no aspecto então mercadológico estava já em final de negociação a proposta de um novo acordo a nível da Organização Internacional do Café, entre os países produtores, exportadores e os países consumidores, nós analisamos as propostas que estavam sendo discutidas, concordamos praticamente com todas elas e entendemos que um acordo só seria viável, só atenderia os interesses brasileiros se realmente fosse feito nas condições que estavam impostas pelo Brasil. Essas condições tinham sido todas elas propostas pelo Comitê Brasileiro do Café, quer dizer em ampla negociação com o setor privado e nós avalisamos aquelas propostas e fomos um dos que não concordaram que se mandasse aquelas propostas.

Até porque nosso entendimento que aos níveis dos preços atuais, um acordo só interessa para os consumidores e que com preço tão baixo, se realizarmos um acordo que não traga no seu bojo uma elevação do valor de mercado do café é extremamente vantajoso para os consumidores e extremamente danoso para os países produtores.

Então endurecemos bastante em algumas cláusulas para que só fosse possível sair o acordo se atendessemos realmente a esse aspecto que representasse algum ganho, alguma valorização do produto.

Por outro lado, ainda considerando o aspecto mercadológico nós sabemos que principalmente nos Estados Unidos e na Europa aquela posição de liderança que o Brasil ocupou por longos anos, eu diria que até cerca de 10/15 anos atrás, de que o café brasileiro dominava o mercado, o café brasileiro era requisitado, era conhecido, hoje não é mais. Hoje quem tem esse domínio de marca de café é a Colômbia, os nossos exportadores que deveriam ser os grandes interessados em manter viva a marca do café brasileiro no exterior, até talvez pelas dificuldades que o nosso país tem atravessado nesses últimos dez anos, nada fizeram nesse sentido e impor a marca a qualidade do café brasileiro no mercado externo.

Então este é um aspecto, quase de maior relevância, porque o nosso produto que era mais valorizado até cerca de 15 anos atrás, hoje não é mais.

O café mais valorizado hoje é o café da Colômbia.

Então nós vamos precisar fazer um grande esforço para recuperar esse crédito de marca, não só de grande produtor, mas também de qualidade do produto e de vender marcas conhecidas do café, firmar marcas conhecidas. E eu já tenho ouvido de muitos aí a mensagem pessimista de que isto leva longos anos, isto custa muito caro, isto é muito difícil, mas eu sou um eterno otimista. Eu acho que isto é possível, eu acho que isto não custa tão caro assim, é preciso arregaçar as mangas e trabalhar e o tempo, nós temos todo o tempo das nossas vidas, nós temos todo o resto do tempo que temos pela frente para viver e depois de nós, outros deverão continuar com esta tarefa. Então o tempo para mim não conta, porque eu acho que o trabalho é permanente, o trabalho é constante e quando um larga o bastão um outro tem que agarrar o bastão e continuar. E é isto que garante a marca.

Então, eu acho que estamos já pensando em fazer algumas coisas nesta direção, não temos recursos para isto, mas já estamos pensando em realizar parcerias com o setor privado e nós podemos participar de várias maneiras, até mesmo com produto do café estocado, como parte componente deste acordo que podemos fazer para promoção do café brasileiro lá fora e a criação de algumas marcas de café brasileiro.

E para comprovar, vamos dizer o que estou afirmando aqui, eu cito o exemplo da Sadia que começou a dez, doze anos atrás em função das dificuldades do mercado interno, a exportar seus produtos, azeite, carne de frango, porco, etc, para vários países do mundo, e hoje ela é extremamente conhecida nos países árabes.

A marca Sadia é muito forte naqueles países. Então, em dez anos apenas ela impôs os seus produtos no mercado dos países árabes. Quer dizer, em dez anos o café perdeu e em dez anos a Sadia ganhou um mercado, ganhou um espaço e impôs uma marca. E dez anos é muito pouco tempo na vida econômica de um país. Até na vida da gente não é muito tempo, na vida de um país então não é nada.

Com respeito às últimas notícias, já é do conhecimento do setor as novas resoluções aprovadas pelo Conselho Monetário, a liberação dos dois trilhões de cruzeiros para a colheita, mais dois trilhões para comercialização da safra, todo aquele processo regulatório da rolagem das dívidas, substituição de garantias, etc, eu acho que também isto permite ao nosso cafeicultor realizar a sua safra satisfatoriamente, comercializar o seu produto sem a pressão de ter que vender por falta de um financiamento ou coisas deste tipo.

Com respeito então ao futuro do café que eu acho que é o que mais importa e mais preocupa a todos, e eu então que não era uma pessoa, apesar de ser produtor de café há cinquenta anos, meu avô já produzia, meu pai e eu continuo até hoje produzindo um pouquinho de café, mas nunca fui um estudioso do assunto e nestes últimos seis meses tive que me inteirar bastante da problemática do café e acho que, e neste acho já os produtores concordam comigo, eu tenho recebido manifestações de várias áreas, de que o problema básico do café é preço, quer dizer, com o apoio do Governo, algum financiamento, juro barato, escoamento de safra, tudo isto o Governo tem que cooperar, tem que participar de alguma forma. Mas o problema principal é preço. E um país grande produtor como o nosso não podemos imaginar em conceder grandes subsídios ainda que o subsídio no caso do café seja muito justificável pelos aspectos sociais da cafeicultura que emprega muita mão-de-obra, que segura no campo a mão-de-obra, quer dizer, tudo isso nós estamos de acordo, achamos que é necessário, mas também sabemos das grandes dificuldades do Tesouro, das grandes dificuldades do produtor hoje para sofrer algum confisco na sua produção que viabilizasse recurso para auxílio, como já foi feito no passado, para algumas áreas, e o Tesouro não tem condições de conceder grandes subsídios para a nossa agricultura.

Então nós temos que batalhar mesmo é por uma melhoria do preço. E nesse sentido nós vamos levar a Colômbia, sábado agora, uma proposta, já levamos ao Ministro da Costa do Marfim Dr. Gosi, que esteve conosco na semana passada, Mister Gosi em Brasília e ele é Presidente da Organização Africana dos Países Produtores do Café. Ele vem nos trazer a preocupação dos Países Africanos com o fracasso do acordo e com a necessidade que obviamente concordamos e estamos conscientes. E o entendimento dos países produtores para ter uma política condenada dos vários países. Então uma política dentro do possível, comum para o regime de exportação dos seus produtos, para critérios de qualificação da produção, cada vez mais os países consumidores são mais exigentes com respeito a qualidade. Quem conhece os Estados Unidos e viaja por lá sabe que com respeito as frutas, verduras e legumes, carnes, todos os produtos agrícolas obedecem o mesmo padrão, quer dizer da Costa Leste a Costa Oeste, do Norte ao Sul você faz uma refeição em qualquer restaurante, o mamão é do mesmo tamanho, o pêssego é do mesmo tamanho, da mesma cor, a uva é igual, a folha de alface é do mesmo tamanho, tem duas ou três qualidades diferentes, mas cada qualidade é tudo igualzinho. É uma exigência pela qualidade extraordinária. O Brasil tem exigências na qualidade de exportação, mas muitos outros países não têm. E o que derruba justamente o preço do café é a exportação por esse País de café de má qualidade. Então nós precisamos encontrar uma política comum a esses vários países que permita uma comercialização externa do café dentro dos padrões de qualidade que permitam então um ganho de preço pela garantia da qualidade.

Eu acho que o que se tem a ganhar nisso aí, é muito mais do que possivelmente possa se perder pela retenção no consumo interno do café de má qualidade. Então nós temos algumas idéias nesse sentido, não podemos até avançar muito, expor aqui todas elas antes de obter uma concordância a esses princípios lá pelo Governo da Colômbia, mas nós vamos trabalhar nesta linha e eu estou muito animado em obter resultados, porque o problema não é só do Brasil é de todos

os países produtores, e acho que todos estão procurando maneiras de conseguir elevar o preço do café. Em qualquer proposta que seja consistente, que possa levar a esse objetivo, deverá merecer o apoio dos países produtores. Acho até que na minha visão seria conveniente a criação de uma outra entidade Internacional só dos países produtores, que uma entidade com a Organização Internacional do Café - OIC, onde estão juntos os consumidores e os produtores, os produtores então vamos dizer não tenham força necessária para impor determinados políticos que sejam aceitos por todos os países produtores, quer dizer, nós sofremos as restrições impostas pelos consumidores na OIC.

O preço do café nos últimos cem anos nunca esteve tão baixo, mesmo em 29, 30, que foi a grande crise mundial, econômica o preço do café na média do ano se conservou em 127, 130 dólares. Mesmo naqueles anos de grandes dificuldades, onde a produção era muito grande, o consumo era muito mais limitado do que hoje. Então, nesse aspecto, eu estou bastante otimista, de que até o final do ano nós conseguimos caminhar muito, na direção de um acordo básico entre os países produtores. Nada de cartel, até porque pela quantidade de países seria muito difícil constituir um cartel do café dos países produtores de café, mas num acordo básico, com base nas exigências de qualidade, que é uma exigência do mundo moderno, dos países consumidores, então vem de encontro as exigências, mas pela simples limitação que se possa criar, com respeito à qualificação do café, já é o suficiente para nós conseguirmos uma melhoria do preço.

Então, nesta direção, como eu disse antes, nós estamos indo à Colômbia. Se tivermos sucesso lá, em seguida iremos aos países da América Central, e depois voltaremos à África, para dar continuidade a esta negociação. E eu acho que a solução é por aí. É uma negociação, uma busca de um entendimento básico entre os países produtores. Nenhum país, por mais forte que seja, ou o Brasil ou a Colômbia, que são os dois mais fortes, vão conseguir impor uma política de café isoladamente.

Nós temos que obter o apoio, se não de todos os produtores, pelo menos dos dez, doze maiores produtores de café. E eu acho que isto é possível. Nós estamos negociando, neste entendimento. E acho que pela grande dificuldades ou pelos preços extremamente baixos, como estão hoje, é possível obter este acordo e consequentemente obter uma melhoria nos preços.

Eram estas as notícias que eu tinha a trazer aos Senhores com respeito ao café.

Agradeço a atenção dispensada.

Muito obrigado (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Agradeço a participação do Ministro José Eduardo Andrade Vieira. E queremos, também, liberá-lo de sua presença física neste ambiente, dado compromisso que o mesmo já agendou para às 18:30 horas, aqui na Capital do Paraná. E, ainda hoje, deverá se deslocar para Brasília.

Neste sentido, nós liberamos a presença do Ministro. Em seguida, passaremos aos debates. E, logo a seguir, o Deputado Dirceu Manfrinato colocará à apreciação dos presentes o documento final sobre este Simpósio da Cafeicultura.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Manfrinato) - Nós gostaríamos de deixar à disposição dos companheiros a questão de alguma sugestão ou até mesmo um debate, verbalmente até. Só pediríamos que fossem objetivos, para que os outros companheiros tenham oportunidade de se manifestar. Quem desejar por escrito, nós temos uma equipe que está à disposição. Quem usasse da palavra, que se identificasse e dissesse a região que representa e o município.

O SR. AMAURI KEIDI - Quem vos fala é Amauri Keidi, de Astorga, no Paraná. Ex-cafeicultor. Quero agradecer por ter-me convidado, o Presidente da Mesa, o Secretário e o Deputado Dirceu. É uma honra muito grande ver a luta que está fazendo pela classe dos cafeicultores.

Quero ser bem objetivo e rápido. Eu estou indo embora, Deputado, um pouco decepcionado. Eu esperava uma solução mais rápida para esse caso, o tempo está passando muito rápido, já vai anos que estou vendo a classe dos cafeicultores sendo decepcionados dia a dia, virando bóias-frias, infelizmente, é o drama que o Sr. está sabendo também na nossa região. E eu dou algumas sugestões para vocês Deputados desta Casa aqui, desta Casa, falando em termos de Paraná. Desculpa São Paulo, Minas, isso em termos de Paraná. Que todo mundo dê sua participação para ajudar a não voltar aquela lavoura tão bonita e tão grande que era o nosso Paraná, mas pelo menos 20,30% do parque cafeeiro vejam uma solução para isso aí. Que vocês Deputados consigam tirar todos os tributos do café, principalmente o ICM para que o café que seja produzido no Paraná durante até o ano 2010, vamos supor, a partir de 1994 seria um incentivo como vocês dão para as indústrias que instala no Paraná, no Sul, no Norte em qualquer lugar do Paraná, se dê um incentivo para o cafeicultor. Acho que nada mais justo. Se está acabando a lavoura de café do Paraná porque que já perdido por perdido vamos dar o incentivo e dar o ICM e acabar com o ICM do Paraná para a cafeicultura. Então gostaria que vocês, Deputados desta Casa, voltassem a discutir este assunto que é um assunto muito sério. Que o dinheiro da cafeicultura, daquele estoque de café que está no IBC pague também uma parte do adubo, inseticida e herbicida para esse cafeicultor conseguir produzir um café.

Com isso aí tenho certeza que o Noroeste do Paraná vai retribuir. Agora vai depender muito de vocês, porque para mexer no bolso do governo e quando mexe no bolso do governo eu sei que o assunto fica muito sério. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Manfrinato) - Nós registramos a ilustre participação o do companheiro e com relação à isenção do ICMS eu quero acreditar, com toda certeza, que se depender dos Deputados desta Casa nós teremos o apoio como assim tivemos o apoio desse Simpósio.

Queria dizer aos companheiros que o Projeto que apresentamos não é um Projeto egoístico, é um Projeto que nós fizemos essa movimentação através de alguns técnicos e a nossa movimentação era em razão política para que mexa com todos os segmentos do Governo do Estado, do Governo Federal para que a gente possa buscar essa alternativa que não

seria uma prioridade. Mais uma alternativa no nosso Estado e, conseqüentemente, acredito que em outros Estados do Brasil. Pelo que eu observei a questão mais comentada com relação ao nosso Projeto, foi a razão da venda do produto que se encontra estocado. Vocês vejam um dado importante quando o Secretário da Agricultura Dr. Osmar Dias firmou aqui e o nosso Ministro da Indústria e Comércio de que nós temos 17 milhões de sacas de café estocados. Então os senhores vejam que o objetivo do nosso Projeto, aqui no Estado do Paraná, ele passa a ter um alcance maior, porque só o Estado do Paraná tem 11 milhões de sacas, praticamente.

Eu acho que o Paraná através do apoio que tivemos aqui, sai na frente, e evidente que quando se fala na venda do produto que hoje o mercado se encontra em baixa, eu até concordo e reconheço isso. Mas na verdade nós temos café há 20 e tantos anos estocados que não trouxe nenhum resultado econômico aos municípios, ao Estado e ao Brasil. Então é evidente de que este alerta que nós fazemos... porque se esse café tivesse sido comercializado e tivesse havido financiamento aos produtores mesmo com o problema que nós tivemos com a comercialização externa, nós não tivemos tanto desemprego no Paraná, em outros Estados e no Brasil. Então é justificável, democrático o pensamento é claro, mas ainda eu confesso de que a venda seria resultado para gerarmos recursos em cima desse café e gerarmos emprego e uma maior produção.

Eu perguntaria aos companheiros, aqui veio um relatório mais ou menos final do que foi o nosso Simpósio, e é um relatório que não é muito pequeno, então eu consultaria vocês se desejam imediatamente um xerox e não faremos a leitura e passaremos a distribuir através de xerox e vocês teriam uma oportunidade de analisar com mais tempo. E colocamos à disposição a Assembléia Legislativa do Paraná através do nosso Presidente e do Sr. 1º Secretário, os senhores Deputados que compõem essa Casa para receber correspondências daqueles que desejarem ainda mandar algum documento com relação a esse Encontro porque nós vamos lançar alguns exemplares que acredito que deverá demorar uns 10 dias aproximadamente. E com isso teremos tempo de embutir mais alguma coisa que assim desejarem.

E nós consultamos os companheiros que acaso queiram se manifestar, senão vamos encerrar o Encontro.

Nada mais havendo a tratar, essa presidência quer agradecer a presença de todas autoridades e demais pessoas que tanto brilhantismo deram a este ato solene e, quero também, em meu nome pessoal, como autor do projeto, agradecer todos os companheiros, especialmente aqueles que vieram de outros estados prestigiar essa Casa, ao Ministério da Agricultura, ao IAPAR, Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, representantes de cooperativas e todos os técnicos da área. A nossa mais profunda gratidão e na certeza de que juntos nós haveremos de chegar buscando nossos objetivos.

Muito obrigado.

Levanta-se a sessão.